



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIA EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE

JUCICLEIDE THEODORO DA SILVA

REVOGAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO
ESTADO DE RONDÔNIA – O CASO DA FLORESTA
ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO DO
RIO MEQUÉNS

Porto Velho/RO

2014

JUCICLEIDE THEODORO DA SILVA

**REVOGAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO
ESTADO DE RONDÔNIA – O CASO DA FLORESTA
ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO DO
RIO MEQUÉNS**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Área de Concentração em Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Ene Glória da Silveira

Coorientadora: Profa. Dra. Eloiza Elena Della Justina

Porto Velho – RO

2014

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

S586r

Silva, Jucicleide Theodoro da

Revogação de unidades de conservação no Estado de Rondônia: o caso da Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns/ Jucicleide Theodoro da Silva. Porto Velho, Rondônia, 2014. 95 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

Orientador: Prof. Dr. Ene Gloria da Silveira

Co-orientador: Prof. Dr. Eloisa Della Justina

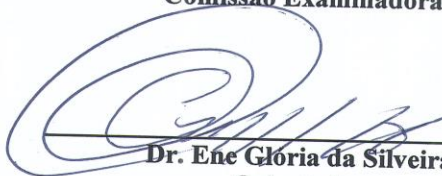
1. Unidade de Conservação. 2. Revogação. 3. Rondônia. 4. Desflorestamento. 5. Poder Público. I. Silveira, Ene Gloria da. II. Justina, Eloisa Della. III. Título.

CDU: 502(811.1)

JUCICLEIDE THEODORO DA SILVA

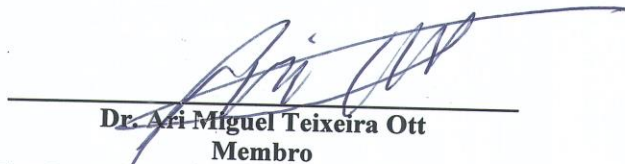
**"REVOGAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA –
O CASO DA FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO
SUSTENTADO DO RIO MEQUÊNS"**

Comissão Examinadora



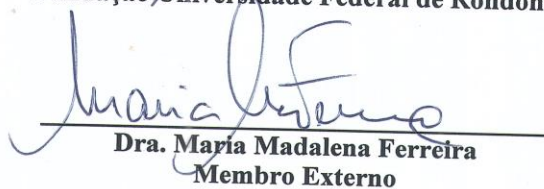
Dr. Ene Gloria da Silveira
Orientador

Fundação Universidade Federal de Rondônia



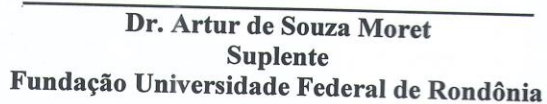
Dr. Ari Miguel Teixeira Ott
Membro

Fundação Universidade Federal de Rondônia



Dra. Maria Madalena Ferreira
Membro Externo

Fundação Universidade Federal de Rondônia

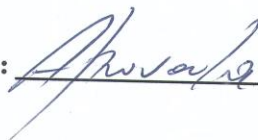


Dr. Artur de Souza Moret
Suplente

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho, 11 de Julho de 2014.

Resultado:



DEDICATÓRIA

Ao meu amor maior, meu companheiro de vida, minha inspiração
Meu filho

João Victor Arrais Theodoro Roque de Melo

Ao meu esteio, meu porto seguro, minha mestre na vida
Minha mãe

Maria Palmira Arrais da Silva

&

Ao meu amado pai

Dário Theodoro da Silva

In Memoriam

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma das coisas mais belas da vida. É reconhecer publicamente que sem a ajuda, o apoio, o companheirismo, a confiança e a compreensão de outras pessoas, jamais conseguiríamos atingir os objetivos. Tenho muitos agradecimentos a muita gente boa que me cerca, que me apóia, que me ajuda e as vezes até me toma pela mão e me carrega no colo.

Meu agradecimento primeiro ao meu bom Deus, que me deu forças para sair do limbo, da inércia, do fundo do poço e me susteve durante toda a caminhada do Mestrado, principalmente nos momentos mais difíceis que enfrentei e que nem sempre os meus pares perceberam.

Meu obrigada de coração ao meu mestre, meu professor, meu orientador e meu amigo Prof. Dr. Ene Glória da Silveira. Um homem que acreditou no meu potencial quando nem eu mesma acreditava. Um homem que me fez recuperar a minha vontade de estudar. Um homem que sempre tem uma palavra certa, um olhar compreensivo e uma mão estendida à minha disposição. Obrigada por me iniciar no longo caminho da Ciência, ainda quanto PIBIC, lá no Projeto Mercúrio. A sementinha plantada floresceu e está começando a produzir frutos graças à sua paciência e à sua disponibilidade em compartilhar com os iniciantes toda a sua experiência e conhecimento!

Minha imensurável gratidão a esta pessoa fantástica, esta figura incrível que é Profa. Dra. Eloiza Elena Della Justina, minha coorientadora, que além de me receber com um sorriso caloroso, de volta ao Curso de Geografia, ainda me incentivou, me apoiou aqui no PGDRA e está colaborando imensamente com o meu trabalho, com suas valiosas contribuições, indicações e orientações. Não tenho palavras para expressar minha admiração, carinho e respeito por esta mulher que abdica do seu tempo para guiar os temerosos e teimosos orientandos, como eu, rumo ao sucesso.

Quero expressar minha gratidão mais profunda por uma pessoa maravilhosa, um ser iluminado que Deus permitiu entrar na minha vida e que foi fundamental tanto na minha formação acadêmica quanto no Mestrado. Minha mestra Profa. Dra. Maria Madalena Ferreira. Esta pessoa fantástica que me acolheu com um abraço, com um grande sorriso de boas-vindas e com muitas palavras de incentivo. O seu apoio, o seu incentivo, os seus conselhos e as suas orientações foram essenciais para minha conquista.

Meu obrigada mais sincero aos meus professores que não só contribuíram para a minha formação, mas também pela solicitude e a disponibilidade com que sempre me atenderam. Obrigada Tuninho Rabelo, Artur Moret, Sinclair Mallet, Ari Ott, Carolina Dória, Gilberto Manzatto, Vanderlei Maniesi e Vanderlei Bastos.

Aos meus colegas de curso, o que dizer? Obrigada é pouco para expressar o prazer e o privilégio de tê-los como companheiros de jornada. Eu sempre falo aos meus amigos que eu sou uma privilegiada por ter estudado com uma turma tão fantástica quando a nossa. Sei que vou levar, além de lembranças maravilhosas, amizades para o resto da minha vida. Obrigada de coração, meus amigos, por me permitirem fazer parte das suas histórias. Tenho certeza que vamos continuar nos encontrando pela vida.

Não tenho palavras para expressa minha gratidão ao amigo Charles Barata, geógrafo de primeiríssima linha, cartógrafo incomparável, que me acolheu no seu cantinho, teve infinita paciência comigo, nas minhas tentativas de construir o trabalho cartográfico e, por fim, me presenteou com sua obra impecável, os lindos e ricos mapas secundários que estampam este trabalho. Minha admiração e gratidão.

Meu agradecimento ao geógrafo Paulo Reis Lima, que me ajudou na construção da cartografia primária que norteia este trabalho.

Não posso deixar de agradecer os órgãos públicos que abriram suas portas à minha pesquisa, pela gentileza com que me receberam, fornecendo material para fundamentação do meu estudo. Obrigada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, na pessoa da Secretária, Profa. e Geógrafa Nanci Maria Rodrigues da Silva. Obrigada ao Renato Berwanger, ao Rosinaldo Pinheiro e ao Arquimedes Ernesto, servidores da SEDAM. Sem a colaboração de vocês, seria impossível a conclusão deste trabalho.

Minha gratidão infinda ao meu amigo, o geógrafo Emanuel Fulton Madeira Casara, o Lito, pelas longas e deliciosas conversas, pelas preciosas informações e inúmeras contribuições. As horas em sua companhia, além de um grande prazer, é de aprendizado a cada segundo.

Eu jamais poderia expressar o tamanho da minha gratidão aos meus amigos que estiveram ao meu lado, me incentivaram e me ajudaram. Estes amigos muitas vezes não me empurraram, me deram um verdadeiro ponta-pé para que eu pegasse no tranco e ainda foram companheiros mesmo nas longas ausências que o processo de produção exige. Meu obrigada de coração à Josy Felix, sem a sua ajuda eu nem faria a prova de seleção; Malu Ferreira e nossas longas e produtivas discussões; Alessandra Zannesco, Marasella Macedo, Carla Zeni, Geni Ferreira, Mateus Ferreira, Monique Vasconcelos, Ailton Poerche, Ji Santos, Cleonice

Barbosa, Roseli Santana, Marcinha Pinheiro (*In Memoriam*), Jeferson Furtado, Karime Lobo, Rodrigo Neves (*In Memoriam*) e todos que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse a este momento de alegria e vitória. Perdão aos que não nomeei, mas se o fizesse, não haveria espaço para tantos.

Não poderia deixar de agradecer as pessoas que trabalharam incansavelmente para que eu mantivesse minha sanidade ao longo destes 2 anos e meio de esforço intenso. Obrigada pela atenção, pelo apoio e pela disponibilidade em me acolher Dra. Simoní Townes, Dr. Bernardo de Melo Soares, Dr. Vanderlei Felix, Dr. Newton Schittini, Dr. Allan Paiva Lopes e Dr. Justino Gonçalves de Souza, meus anjos da guarda.

Nem sempre é fácil trabalharmos com pessoas que entendem as nossas necessidades de tempo e de concentração durante o processo de estudo. Assim, gostaria de agradecer imensamente o carinho e a compreensão à Profa. Rita Ramalho, à Profa. Jandernoura Araújo Rodrigues e à Profa. Mariza Nóbrega do Nascimento pelo acolhimento, pela presteza e pelo apoio, além dos queridos colegas de trabalho, Francisca, Flavinha, Lélia e muitos outros que me acompanharam, me cuidaram e me apoiaram.

A gente vai deixando para o final aquelas pessoas que são tão importantes na nossa vida que não temos nem palavras para agradecer, na esperança que estas palavras surjam como um milagre... É assim para com as duas pessoas mais importantes da minha vida. Uma, a pessoa que ensinou as primeiras palavras e as primeiras letras, foi minha primeira e será minha eterna professora, minha mamãe, Maria Palmira Arrais da Silva. Obrigada mamãe, pela paciência, pelo olhar de compreensão quando nem eu mesma compreendia meus caminhos, pela confiança irrestrita. Obrigada pela vida, minha mãe!

A outra pessoa? Quem mais poderia ser? O meu apêndice, a pessoinha que me fez entender o sentido da vida, me fez querer viver um pouquinho mais, somente para ver seu sorriso novamente. Meu amor maior, meu filho João Victor Arrais Theodoro Roque de Melo. Este ser abençoado que Deus colocou na minha vida para eu entender o quanto sou privilegiada. Obrigada meu filho, por cada dia que acordo com um abraço e um sorriso seu. Obrigada, meu amor, por entender, você acima de todos, as minhas ausências, as longas horas na frente do computador sem ouvir o que você tinha para me dizer. Obrigada até mesmo pelas discussões acadêmicas com as quais você me surpreendeu durante estes mais de dois anos. Você, meu amor, é a razão de todo este meu esforço e desta conquista! Meu amor infindo!!!

“A Amazônia, trata-se de um caso em que se verifica a predominância absoluta dos processos políticos sobre a organização do espaço, no que se refere tanto às motivações quanto às ações.”

Bertha Becker

RESUMO

THEODORO, Jucicleide, M.Sc. Fundação Universidade Federal de Rondônia, julho de 2014.

Revogação de unidades de conservação no estado de Rondônia – o caso da Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns. Orientador: Ene Gloria da Silveira. Coorientadora: Eloiza Elena Della Justina.

A criação de Unidades de Conservação é considerada oficialmente como uma das principais medidas de governo para garantir a preservação e conservação da biodiversidade. Dentro das políticas públicas para o setor ambiental, a instituição de áreas de preservação como forma de conservação de recursos naturais é comum e considerada eficaz. Entretanto, não basta criar áreas numa perspectiva de preservação das belezas cênicas e proteção dos bens naturais. São necessários mecanismos de gerenciamento e de garantia da integridade de tais áreas. Quando o Poder Público não contempla estas questões, abre espaço para processos de ocupação ilegal, grilagem de terras e posseamento, muito comumente realizados com a ciência do Poder Público, responsável por manter tais áreas. O Estado de Rondônia passou por um acelerado processo de ocupação, inicialmente dirigido e coordenado pelo Governo Federal e posteriormente conduzido por particulares, provocando um imenso desflorestamento da área do Estado, em parte incentivado e financiado por recursos públicos. No epicentro da polêmica do desmatamento exacerbado em Rondônia, que transformava floresta em pasto da noite para o dia, foi instituído o PLANAFLORO, com o objetivo de fazer o ordenamento territorial do Estado e garantir a criação de áreas protegidas, através do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. No período de vigência do PLANAFLORO, foram criadas inúmeras Unidades de Conservação, praticamente à toque de caixa, no entanto as muitas UCs amargaram o abandono por parte do Poder Público Estadual, sofrendo invasões, grilagem e posseamento de suas terras, acompanhada de rápido processo de desflorestamento. Este trabalho situa o processo que envolveu a criação, a ocupação e a revogação de seis Unidades de Conservação Estaduais (Floresta Estadual Extrativista de Laranjeiras, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Roosevelt, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio São Domingos, Parque Estadual do Candeias e Parque Estadual Serra dos Parecis), que foram criadas no ano de 1990, que permaneceram abandonadas por 20 anos, não constando entre os documentos legais como os referentes às áreas protegidas do Estado. A situação de

“esquecimento” a que estas UCs foram submetidas convergiu para a situação de revogação das mesmas, no ano de 2010. Discute-se neste trabalho, os aspectos que deram início ao processo de criação de Unidades de Conservação no Estado de Rondônia, bem como os elementos que realmente contribuíram, ao longo de 20 anos, para se deflagrar uma situação de revogação de áreas protegidas no Estado. Ainda, analisa especialmente o caso da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns, uma das únicas que possuem um estudo sobre sua estrutura fundiária, realizada pelo Instituto de Terras de Rondônia - ITERON, no ano de 1994, onde já se pretendia realizar a regularização fundiária dos imóveis existentes dentro desta UC. Determina o avanço do desflorestamento da UC estudada, pelo período de existência legal, bem como a sua relação e contribuição para a decisão de revogá-la.

Palavras-Chaves: Unidades de Conservação; Revogação; Rondônia; Desflorestamento; Poder Público.

ABSTRACT

THEODORO, Jucicleide, M.Sc. Federal University of Rondônia Foundation, July 2014.

Revocation of protected areas in the state of Rondônia – The Sustainable Yield State Forest of Mequéns River case. Advisor: Ene Gloria da Silveira. Co-advisor: Eloiza Elena Della Justina.

The creation of Conservation Units (CUs) is officially regarded as a key measure of government to ensure the preservation and conservation of biodiversity. Within public policies for the environmental sector, the establishment of conservation areas as a way to conserve natural resources is common and it is considered effective. However, it is not enough to create areas with a view to preserve the scenic beauty and protect natural resources. Mechanisms to manage and ensure the integrity of such areas are needed. When the Government does not address these issues, it opens space for squatting and land grabbing, that is very commonly performed with the endorsement of government, which is responsible for maintaining such areas. The state of Rondônia has undergone an accelerated process of occupation, initially directed and coordinated by the Federal Government and subsequently conducted by individuals, causing a massive deforestation in the State area and part of this has been encouraged and financed by public resources. At the epicenter of the controversy of exacerbated deforestation in Rondônia, which transformed the forest into pasture overnight, the Planafloro was established. The goal was to make the state land planning and ensure the creation of protected areas through the Socioeconomic and Ecological Zoning of the state of Rondônia. During the term of Planafloro, many protected areas were created. However, many CUs suffered with the abandonment by the State Government, invasions and grabbing of their lands, accompanied by rapid process of deforestation. This study shows the process that involved the creation, the occupation and the revocation of six State Protected Areas (Laranjeiras State Extractive Forest, Sustainable Yield State Forest of Roosevelt River, Sustainable Yield State Forest of Mequéns River, Sustainable Yield State Forest of Santo Domingo River, State Park of Candeias and Parecis Mountains State Park), which were created in 1990 and it has been abandoned for 20 years. Besides that, they do not appear as legal documents of protected areas of the State. The forgetting of these CUs has converged to their revoking in 2010. This study discusses the aspects responsible for starting the process of creation of Conservation Units in the State of Rondônia and the elements that really contributed over 20 years to spark a situation of revocation of protected areas in the state as well. Furthermore, this study analyzes specifically the case of Sustainable Yield State Forest of Mequéns River, one of the ones with a study of its agrarian structure which was performed by the Institute of Lands of Rondônia - ITERON, in 1994, when it was already intended to carry out the regularization of the buildings that existed in this CU. Another objective reached was to determine the advance of deforestation of the studied CU for a period of legal existence, as well as their relationship and contribution to the decision to revoke it.

Keywords: Conservation units; revocation; Rondônia; deforestation; government.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Acúmulo do Desmatamento em Rondônia – 1978 a 1993	28
Figura 02 – Desmatamento em Rondônia – 1978 a 2008	28
Figura 03 – ZSEE/RO: 1ª APROXIMAÇÃO	31
Figura 04 – Criação de Áreas Protegidas no Estado de Rondônia	32
Figura 05 – Áreas de Proteção e Instituições Responsáveis	32
Figura 06 – Áreas Protegidas sem Decreto, no Estado de Rondônia	34
Figura 07 – ZSEE/RO: 2ª APROXIMAÇÃO	36
Figura 08 – Destinação e Áreas do ZSEE/RO: 1ª APROXIMAÇÃO	45
Figura 09 – Área e Destinação da 1ª Versão do ZSEE/RO: 2ª Aproximação	50
Figura 10 – Área e Destinação da 2ª Versão do ZSEE/RO – 2ª Aproximação	50
Figura 11 – Localização das Unidades de Conservação Revogadas no Ano de 2010	53
Figura 12 – Localização da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	56
Figura 13 – Área da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	58
Figura 14 – Caracterização Fitoecológico da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	60
Figura 15 – Situação Dominial da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	62
Figura 16 – Uso da Terra na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	63
Figura 17 – Situação Dominial da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	67
Figura 18 – Situação Dominial da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	68
Figura 19 – Dimensão dos Imóveis na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	68
Figura 20 – Tempo de Ocupação dos Imóveis na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	69

Figura 21 – Relação Unidade Fundiária-Família que Habita a Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	70
Figura 22 – Ocupação das Unidades Fundiárias Dentro da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	70
Figura 23 – Estabelecimentos documentados e não documentados dentro da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	71
Figura 24 – Desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 1990	74
Figura 25 – Área Total Desflorestada na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 1990	75
Figura 26 – Desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 1995	76
Figura 27 – Área Total Desflorestada na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 1995	77
Figura 28 – Desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 2000	78
Figura 29 – Área Total Desflorestada na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 2000	79
Figura 30 – Desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 2005	80
Figura 31 – Área Total Desflorestada na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 2005	81
Figura 32 – Desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 2010	82
Figura 33 – Área Total Desflorestada na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 2010	83
Figura 34 – Desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 1990 a 2010	84
Figura 35 – Desflorestamento Acumulado na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 1990 a 2010	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Áreas Protegidas sem Decreto em RO	33
Quadro 2 – Divisão Territorial do Estado de Rondônia: 1ª Aproximação do ZSEE/RO	44
Quadro 3 – Divisão Territorial do Estado de Rondônia: 2ª Aproximação do ZSEE/RO	47
Quadro 4 – Coordenadas Geográficas que Delimitam a Área da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	57
Quadro 5 – Caracterização Fitoecológica da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	59
Quadro 6 – Grupos Econômicos Presentes na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	63

LISTA DE TABELA

Tabela 01 – Situação Dominial da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável
do Rio Mequéns

62

LISTA DE SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
FERS	Floresta Estadual de Rendimento Sustentável
FLONA	Floresta Nacional
FLOREX	Floresta Estadual Extrativista
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
ITERON	Instituto de Terras de Rondônia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP/RO	Ministério Público do Estado de Rondônia
PARES	Parque Estadual
PARNA	Parque Nacional
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
REBIO	Reserva Biológica
RERS	Reserva Estadual de Rendimento Sustentável
RESEX	Reserva Estadual Extrativista
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
TI	Terras Indígenas
UC	Unidade(s) de Conservação
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
ZSEE/RO	Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE QUADROS	13
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	17
Problemática	17
Objetivos	18
Processo Metodológico	19
Estrutura da Dissertação	22
CAPITULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO	23
1.1 – A Construção do Espaço do Atual Estado de Rondônia	23
1.2 – O Polonoroeste como Propulsor do Processo de Desmatamento no Estado de Rondônia	26
1.3 – O Planafloro e a Criação de Unidades de Conservação no Estado de Rondônia	29
CAPITULO 2 – LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA	37
2.1 – O SNUC e as Definições para as Unidades de Conservação	37
2.2 – Legislação Ambiental no que Tange à Criação e Revogação de Unidades de Conservação	40
2.3 – O Zoneamento Econômico e Ecológico do Estado de Rondônia e sua Importância como Instrumento de Planejamento e Gestão	42
CAPITULO 3 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REVOGADAS EM RONDÔNIA	52
3.1 - Unidades de Conservação Fantasmas	52
3.2 - Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	55
CAPÍTULO 4 – OCUPAÇÃO, DESFLORESTAMENTO E REVOGAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA	61
4.1 – Grau de Ocupação e Pressão Antrópica na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns antes, durante e após sua existência legal	61
4.2 – Evolução do Desmatamento Entre os Anos 1990 E 2010 na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	73
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

Problemática

O Estado de Rondônia foi forjado sob as políticas desenvolvimentistas e de expansão das fronteiras agrícolas, implementadas pelo Governo Federal a partir da década de 1960. Os projetos de colonização, implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, aliados à rápida expansão das atividades agropecuárias durante os primeiros anos de ocupação do espaço rondoniense, fomentaram altos índices de desmatamento no Estado.

Um dos elementos que mais contribuíram para o desflorestamento do Estado de Rondônia foi o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, um programa que objetivava promover o desenvolvimento econômico do norte do estado do Mato Grosso e do estado de Rondônia. Entretanto, a equipe técnica do Programa desconhecia a realidade e as peculiaridades do espaço em questão, implementando junto aos produtores práticas agrícolas comuns em outras regiões do país, como a derrubada e a queimada para o preparo do plantio, práticas estas que, em médio e longo prazo provaram ser tão danosa quanto insustentável.

O incentivo ao desmatamento bem como à “pecuária de fachada”, em que grandes extensões de terra eram desflorestadas para abrigar meia dúzia de cabeça de gado, como prova de benfeitorias, necessárias para a obtenção do título definitivo da terra, eram comuns tanto por parte do POLONOROESTE quanto por parte das autoridades regionais.

As questões políticas sempre estiveram no cerne da ocupação do espaço rondoniense. Uma situação esdrúxula e extremamente comum era a troca de lotes/parcelas por votos, criando-se currais eleitorais em todas as partes do Estado.

Após duras críticas ao Banco Mundial - BIRD, principal financiador do POLONOROESTE, por parte de entidades internacionais, uma vez que o mesmo passava a aderir à protocolos mundiais de preservação ambiental, ao tempo que em custeava um programa que, na prática fomentou o maior processo oficial de desmatamento dentro do território brasileiro, o mesmo resolveu encerrar o programa sem grandes alardes e sem documentos contundentes sobre os reais resultados do mesmo.

Estes fatos deram origem, como medida corretiva, ao Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO. Com as questões ambientais em voga, uma das exigências para a liberação dos recursos necessários ao desenvolvimento do programa foi a

criação de Unidades de Conservação – UC, no Estado de Rondônia, de forma a garantir a integridade de parte do território e uma débil tentativa de frear o desmatamento, que adentrava a década de 1990 em plena atividade. Como resultado de tal exigência, Unidades de Conservação foram criadas instantaneamente sem, no entanto levar em consideração os espaços onde as mesmas foram criadas e nem a infraestrutura necessária para gerenciamento de tais áreas.

Ao longo de duas décadas, áreas importantes destas Unidades de Conservação foram invadidas, exploradas indevidamente, subtraídas legalmente e por fim, algumas extintas. Gestão após gestão, governo após governo repetiram-se as mesmas práticas de descaso para com tais espaços. As motivações para estas situações residem nos interesses políticos e econômicos que estas áreas representam, como os últimos espaços intactos, “propícios” à expansão econômica.

Após o processo de revogação de Unidades de Conservação que envolveram a Floresta Estadual Extrativista Laranjeiras, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio Roosevelt, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio Mequéns, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio São Domingos, Parque Estadual Candeias e Parque Estadual Serra dos Parecis, no ano de 2010, revogação esta proposta pelo Governo do Estado de Rondônia e referendado pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, o Ministério Público do Estado de Rondônia – MP/RO, através da Promotoria de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo e Defesa do Patrimônio Público, instituiu um Inquérito Civil Público para averiguar a legalidade da situação, onde o Governo do Estado foi convocado a prestar esclarecimentos sobre tal solicitação. À ocasião, o Governo do Estado informou ao MP/RO que tais áreas foram criadas de forma inadequada, sobre espaços que já se encontravam ocupados por comunidades e assentamentos. Informou ainda que, além das questões sociais envolvidas, as referidas áreas encontravam com cerca de 80% de sua área comprometida, inviabilizando qualquer ação de recuperação da mesma. Assim, para a autoridade estadual, a revogação e destinação das mesmas à outros fins seria a solução mais viável.

Objetivos

O principal objetivo desta pesquisa é compreender o contexto dos processos de criação, abandono e revogação de Unidades de Conservação no Estado de Rondônia e suas implicações, a partir da determinação dos índices de desmatamento dentro da Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns, entre os anos de 1990 e 2010.

Assim, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o processo de criação e de revogação de UCs em Rondônia e dentro desta análise demonstrar se a criação de UCs aconteceu de forma legítima, se as UCs revogadas foram instrumentos apenas para cumprir um protocolo com o intuito de angariar os recursos destinados ao PLANAFLORO e apresentar elementos que, ao longo de 20 anos, contribuíram para a ocupação de UCs;
- Quantificar os índices de desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns, entre 1990 e 2010, demonstrando se a Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns realmente encontravam-se ocupadas quando da sua criação;

Processo Metodológico

O procedimento metodológico utilizado no decorrer desta pesquisa pautou-se em um levantamento documental sobre o tipo de ocupação ocorrida no Estado de Rondônia, os programas oficiais implementados no Estado, a criação de Unidades de Conservação estaduais, o processo de ocupação de áreas protegidas e o processo de revogação de Unidade de Conservação, realizado no ano de 2010. Outro pilar da pesquisa foi o levantamento da evolução do desmatamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns.

A pesquisa bibliográfica baseou-se em documentos produzidos pelo Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO, pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM e pelo Instituto de Terras e Colonização de Rondônia – ITERON. O trabalho envolveu o banco de dados do PLANAFLORO, os dados do Sistema de Gerenciamento de Lotes – SIGLO, um banco de dados compartilhado entre a SEDAM e o INCRA sobre as propriedades do entorno das áreas estudadas, além das informações do acervo técnico do ZSEE/RO.

Produziu-se, a partir de imagens orbitais, mapas que apresentam a evolução do desmatamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns, no período de existência legal da UC, entre os anos de 1990 e 2010.

Para construção do presente trabalho, foram utilizados os seguintes materiais:

Documentação Bibliográfica

- Estudos Sócio-Econômico e Fundiário da Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns.
- Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.
- Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia.

- Decretos de Criação das Unidades de Conservação Floresta Estadual Extrativista de Laranjeiras, Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Roosevelt, Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns, Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio São Domingos, Parque Estadual de Candeias e Parque Estadual Serra dos Parecis.
- Memorial descritivo Unidades de Conservação Floresta Estadual Extrativista de Laranjeiras, Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Roosevelt, Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns, Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio São Domingos, Parque Estadual de Candeias e Parque Estadual Serra dos Parecis.
- Leis Complementares que revogaram as Unidades de Conservação Floresta Estadual Extrativista de Laranjeiras, Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Roosevelt, Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns, Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio São Domingos, Parque Estadual de Candeias e Parque Estadual Serra dos Parecis.

Documentação Cartográfica

- Base de dados do PLANAFLOORO.
- Mapa do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia – 1ª aproximação.
- Mapa do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia – 2ª aproximação.

Sensoriamento Remoto

- Imagens orbitais captadas pelo satélite LANDSAT 5, sensor TM, órbitas 230 e 231, ponto 69, anos 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010. Mosaico composto pelas equalização das bandas 3, 4 e 5, nas cores em azul, verde e vermelho (BGR), na escala 1:250.000, adquiridas junto ao Banco de Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE;
- Global Mapper v15

Inicialmente, realizou-se uma análise bibliográfica e cartográfica sobre as áreas que estão localizadas as Unidades de Conservação que foram abordadas, o que permitiu orientar e priorizar as etapas do trabalho, selecionar as fontes e as referências sobre a área de estudo. Ainda, serviu para complementar as informações e homogeneizar as escalas necessárias para realização da análise da situação política, administrativa e econômica das áreas em tela.

A partir das informações encontradas na literatura, realizou-se a delimitação da área de trabalho, baseada nos documentos e informações disponíveis sobre as UCs a serem abordadas. Realizou-se também o reconhecimento e contextualização da situação em que a área de estudo foi submetida pelo período de existência legal, elaborando-se uma base de dados referentes à localização, acessos, rede de drenagem, vegetação, desflorestamento, ocupação e uso da terra dentro das UCs.

Foram feitas revisões e análises da bibliografia geral e específica sobre temas relacionados ao Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia, à legislação ambiental, à estudos sobre a temática ambiental em Unidades de Conservação, à Situação Fundiária da área de Estudo. Organizou-se as fontes de evidências: Levantamento Sócio-Econômico e Fundiário das UCs a serem estudadas, imagens de orbitais, mapas de localização, malha viária, drenagem, cobertura vegetal e desflorestamento das áreas de estudo.

As informações cartográficas foram produzida a partir de imagens orbitais obtidas junto ao DGI/INPE, obtendo-se como produto final mapas do desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns entre os anos de 1990 e 2010.

Após estas etapas, foram realizadas as análise dos dados obtidos no mapeamento, incluindo a construção de gráficos demonstrativos com os resultados dos índices de desmatamento.

Por fim, com os dados catalogados e analisados, fez-se a síntese do trabalho, pontuando os resultados que correspondem aos objetivos da pesquisa. Através da síntese das informações, foi realizada a discussão e compreensão dos elementos que determinaram o processo de ocupação ilegal da UC estudada, passando pelos interesses sociais, políticos e econômicos que a região em tela suscita, para compreender em que contexto aconteceu o processo de revogação de Unidades de Conservação no Estado de Rondônia.

Estrutura da Dissertação

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos:

No **Capítulo 1** é realizada a contextualização do espaço rondoniense, o processo de ocupação, os programas governamentais para o Estado, como o POLONOROESTE e o PLANAFLORO, bem como o processo de Criação de Unidades de Conservação no Estado.

O **Capítulo 2** traz a fundamentação teórica do trabalho. São abordadas as questões referentes ao SNUC e as definições para as Unidades de Conservação, a Legislação Ambiental no que tange à criação e revogação de Unidades de Conservação e o Zoneamento Econômico e Ecológico do Estado de Rondônia e sua importância como instrumento de planejamento e gestão.

O **Capítulo 3** apresenta as Unidades de Conservação criadas em 1990 e suprimidas em 2010, com estudo de caso sobre a Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio Mequéns.

No **Capítulo 4** são apresentados os resultados obtidos. A partir dos mesmos, realiza-se a discussão em torno das reais motivações para a revogação de UC no estado de Rondônia. Aborda-se as questões vinculadas a alteração da cobertura vegetal, evolução do desmatamento nas UCs estudadas entre os anos 1990 a 2010 e as ações do Governo de Rondônia, em relação às políticas expansionistas. Neste capítulo, traça-se um panorama da situação destas UCs durante os 20 anos de existência legal, envolvendo o gerenciamento e/ou a falta deste pelo referido período, que acabou por convergir para a revogação de tais áreas protegidas.

Na **Conclusão** são tecidas as considerações finais sobre a revogação de Unidades de Conservação no Estado de Rondônia e os fatores que convergiram para este quadro, abordando o modelo de criação e de gerenciamento de UC no Estado bem como a influência do poder político-econômico nas ações e decisões inerentes às políticas ambientais no Estado de Rondônia.

CAPITULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste **Capítulo** é realizada a contextualização do objeto de estudo, abordando a construção do espaço do atual Estado de Rondônia e as questões referentes aos principais programas governamentais para o Estado, como o POLONOROESTE e o PLANAFLORO, o processo da Criação de Unidades de Conservação no Estado.

1.1 – A Construção do Espaço do Atual Estado de Rondônia

O Território Federal do Guaporé foi criado no dia 13 de setembro de 1943, através do Decreto Lei Nº 5.812, formado por terras desmembradas dos Estados do Mato Grosso (86%) e Amazonas (14%), sendo composto por quatro municípios: Porto Velho, a capital, Santo Antônio do Madeira, Lábrea e Guajará-Mirim. Os Decretos de Nº 6.550 de 31 de maio de 1944 e Nº 7.470 de 17 de abril de 1945 reajustaram os limites ao norte, provocando a anexação do município de Lábrea ao Estado do Amazonas. O município de Santo Antônio do Madeira foi incorporado ao município de Porto Velho, ficando o Território Federal do Guaporé com apenas dois municípios: Porto Velho e Guajará-Mirim. (Dantas, 2010; Oliveira 2003)

Em 17 de fevereiro de 1966 a Lei Nº 2.731 transformou o Território Federal do Guaporé em Território Federal de Rondônia, mantendo sua configuração espacial anterior. No entanto, as políticas públicas para a região, em especial a abertura da BR 29, posteriormente denominada BR 364, juntamente com os Projetos Integrados de Colonização – PIC e os Projetos de Assentamentos Dirigidos – PAD, proporcionaram uma nova caracterização para a região, com o surgimento de vilas, estradas vicinais e novos municípios. (Dantas, 2010; Oliveira, 2001)

No início da década de 1980 foram tomadas iniciativas para realizar uma mudança na categoria do Território Federal de Rondônia, tamanho eram os interesses e as mudanças propostas para a região. Assim em 22 de dezembro de 1981 foi criado o Estado de Rondônia, com uma superfície de $238.512,8 \text{ km}^2$. (Dantas, 2010; Oliveira, 2003)

No entanto, as atividades econômicas desenvolvidas no espaço que passou a compor o Estado de Rondônia e as migrações provocadas pelas mesmas, desde seus primórdios, os ciclos borracha, a construção da EFMM, a instalação da linha telegráfica, a

descoberta de diamantes na região do Rio Machado (1951), o início da exploração de cassiterita (1955-1956), entre outra, não tiveram grandes impactos sobre a paisagem e não comprometeu a cobertura vegetal do então Território Federal de Rondônia. As atividades desenvolvidas em cada ciclo econômico não contribuíram significativamente para o desflorestamento da região. Apenas na segunda metade do século XX, com as políticas nacionais para a região e a nova significação que a mesma adquiriu, é que o espaço rondoniense e amazônico passou de fato a sofrer alterações significativas tanto na sua configuração espacial, quanto no processo de substituição da floresta. (Fearnside, 2005)

A floresta amazônica brasileira permaneceu completamente intacta até o início da era “moderna” do desmatamento, com a inauguração da rodovia Transamazônica, em 1970. Os índices de desmatamento na Amazônia vêm aumentando desde 1991 com o processo de desmatamento num ritmo variável, mas rápido. (Fearnside, 2005, p:113)

A ideologia desenvolvimentista norteou as políticas públicas na Amazônia, tornando-a um lugar a ser “ocupado e desenvolvido”, criando-se um novo espaço de produção no país, com a possibilidade de se tornar um fornecedor de matéria-prima. Ainda, este espaço deveria ser ocupado por massas empobrecidas, provenientes das aglomerações urbanas do Centro-Sul, e ávida por oportunidades de sobrevivência. O interesse econômico pela região despertou a preocupação oficial com a demarcação e consolidação das fronteiras externas e com o conhecimento geográfico da região. (Mendonça, 1985; Santos, 2007; Becker, 1982)

Neste contexto geopolítico, Rondônia apresentou-se como uma alternativa viável e vantajosa. Ao tempo que se abria uma nova fronteira agrícola e possibilidades de produção de alimentos e insumos para a indústria, inverter-se-ia também o eixo migratório Nordeste/Sudeste para Centro-Sul/Norte, desafogando as grandes cidades do centro-sul, aliviando a pressão demográfica sobre as mesmas e canalizando para o Território Federal de Rondônia esta população empobrecida e ávida por uma oportunidade de trabalho. As massas que compunham as primeiras leva migratórias para a região constituíam-se basicamente da parcela mais pobre da sociedade (Ott, 2000; Santos, 1998). Uma população tradicionalmente ligada à agricultura, expulsa do campo onde trabalhava como empregado, meeiro, bóia-fria, e que vislumbrou na vinda para Rondônia a única oportunidade de melhorar sua condição social, tornando-se proprietário de terras, uma ideologia arraigada desde os primórdios do país, onde o valor social estava intrinsecamente ligada à posse da terra. “*Na sociedade colonial brasileira o único meio de qualificação social era posse da terra*” (Tocantins, 1982:23)

Aliada à solução econômica e social encontrada pelo governo, encontrava-se a ideologia “integrar para não entregar”, a ocupação dos “espaços vazios” do país. Foram nestas bases que aconteceram a ocupação e a reconfiguração do espaço geográfico que atualmente faz parte do Estado de Rondônia.

Com a infraestrutura básica de transporte (abertura da BR-364) implementada, programas oficiais foram instituídos e propagandas veiculadas. Estava aberto o caminho para a migração em massa e a ocupação descontrolada do Estado. Sem um planejamento efetivo que atendesse o quantitativo de famílias que chegavam por dia à Rondônia, as áreas não utilizadas para os assentamentos, as chamadas “terras devolutas”, foram ocupadas de forma desordenada. (Becker, 1982; Fiori, 1012)

Dentro desta perspectiva política, os projetos de colonização foram implantados no Território Federal de Rondônia. Trata-se do maior programa de migração dirigida que a região já presenciou. Os sistemas de produção existentes na região (o extrativismo da borracha, castanha e outros produtos regionais) foram modificados. A concepção de produção dos migrantes assentados baseava-se no desmate e na queima para implantação da agricultura e agropecuária, porém o ecossistema amazônico não correspondia ao trabalho nele realizado. (Santos, 1998; Fiori, 2012)

“Novos programas continuam a injetar recursos na região. Mas a tarefa é impossível (...) e parte de um enfoque equivocado. Em primeiro lugar os sistemas ecológicos da região estão entre os mais complexos, os mais frágeis e os menos estudados do mundo. A disponibilidade de informações sobre a ecologia da região é quase inexistente. Os projetos e obras são conduzidos sem a devida avaliação de seu impacto ambiental. (...) Em segundo lugar o estoque de tecnologias disponíveis é muito pequeno: permitiu a consolidação de todo um conjunto de técnicas comprovadas. A própria origem dos lavradores, de outras regiões ecológicas do país, dificulta essa elaboração empírica de sistemas de cultivo e produção adaptados à região e agrava, por vezes, o impacto ecológico dessa agricultura. Enfim, a pouca disponibilidade de recursos financeiros, humanos e materiais leva os agricultores em Rondônia a trabalharem com uma estratégia de minimização total dos investimentos e maximização do produto numa ótica de curto prazo. Assim esse modelo de desenvolvimento rural não se coloca como exigência à preservação do potencial produtivo das terras, dos equipamentos e, tragicamente, do próprio agricultor”
(Miranda, 1992:225-6)

Nos anos 80, após a instalação do Estado de Rondônia, a região revive outro momento de crescimento econômico. A exploração de ouro e de cassiterita provocou uma nova ‘corrida’ em direção ao Estado, impulsionada pelo extrativismo mineral. Esta atividade

econômica contribuiu significativamente para o desflorestamento de importantes áreas do Estado, sendo que muitos dos locais de produção encontram-se dentro de áreas de proteção ambiental. (Azevedo & Delgado, 2002)

Durante o curto período de existência do Estado de Rondônia, o interesse político-econômico esteve à frente em todas as situações ligadas às questões sociais, culturais e ambientais.

1.2 – O Polonoroeste como Propulsor do Processo de Desmatamento no Estado de Rondônia

O modelo tradicional da ocupação da Amazônia, baseada no desmate e na queima para o plantio e para a instalação da agropecuária, fez elevar o desmatamento na região, sendo este um fenômeno de natureza bastante complexa, que não pode ser atribuída a um único fator (Alencar *et al.*, 2004). Após a ineficiência dos projetos oficiais de colonização do Território Federal, Rondônia, agora Estado, necessitava de recursos a fim de financiar programas de apoio à agricultura, à economia, à saúde e outras áreas. Estes recursos foram adquiridos através de financiamentos junto ao BIRD, para subsidiar projetos de desenvolvimento da região, através do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, programa de desenvolvimento regional aplicado no Estado. Estes recursos foram destinados a subsidiar projetos de produção agrícola, com apoio técnico à agricultura familiar e também ações que envolvessem a educação, a saúde e outras necessidades das comunidades rurais. No entanto, a grande deficiência do programa residia no fato de não contemplar ações técnicas e ambientais de preservação e sustentabilidade, condizentes com a realidade do ecossistema local. (Miranda, 1992; Santos, 1998)

O ritmo acelerado com que a economia e a população do Estado cresciam se refletia na substituição da floresta por pastagem e/ou atividades agrícolas. Para Nunes (1997), o crescimento populacional sofre uma desaceleração a partir de 1985. No entanto, Fearnside (1991) afirma que este decréscimo não é acompanhado pelo ritmo de desflorestamento do território:

“O desmatamento tem crescido em ritmos ainda mais vertiginosos que a população. Em outras palavras: aumenta não só a população de Rondônia, mas o índice de desmatamento por habitante – os que ali vivem passaram, em média, a desmatar mais.” (Fearnside, 1991:117)

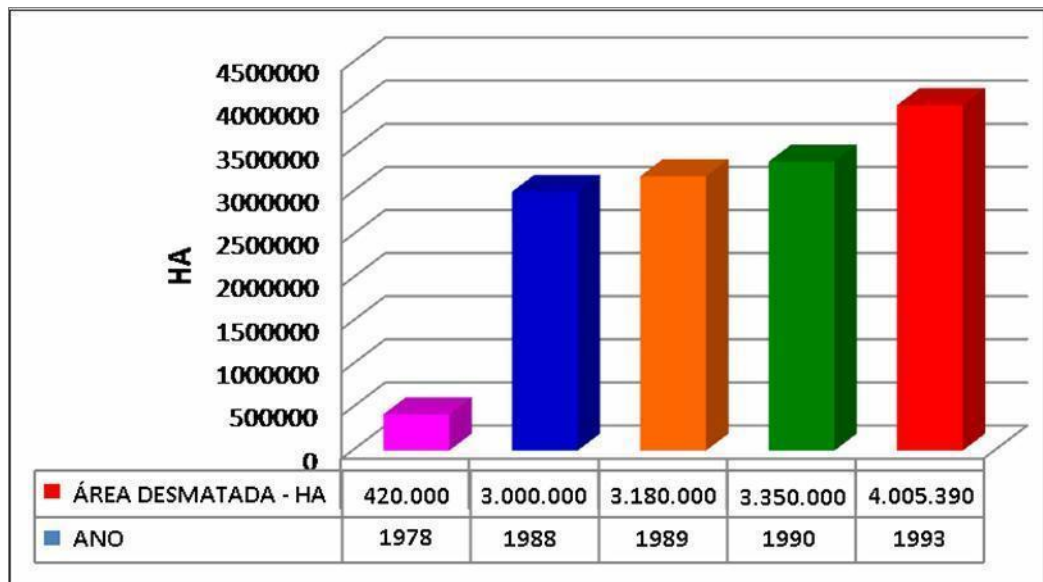
A necessidade de “desenvolver” a região Amazônica contrastava com as discussões relacionadas à criação de parâmetros equitativos para uso dos recursos naturais. O Relatório Brundtland, documento emblemático das políticas sustentáveis, recomendava aos governos a implementação do chamado “desenvolvimento sustentável”. O Estado de Rondônia, por estar localizado dentro da Amazônia, constituía-se um paradoxo pois apontava para a continuação do processo de desflorestamento do Estado (Rondônia, 1996; Ferreira, et. al. 2005).

Segundo Nunes (1997), esta situação do desflorestamento do Estado, não se encontrava mais atrelada aos processos migratórios mas sim à concentração fundiária que já se apresentava como problemática de ordenamento territorial.

“De qualquer forma, há de se considerar que as taxas de desmatamento, estando superiores ao crescimento populacional, apontam para a idéia de que o desmatamento, após o pico dos processos de colonização, está intimamente ligado ao processo de latifundização. (...) Estes fatos indicam algumas das causas mais conhecidas do desmatamento que estão relacionadas à ocupação desordenada e o aumento dos latifúndios, consequência da rotatividade da posse da terra somada à pecuarização que promove a substituição da cobertura florestal original por pasto.” Nunes (1997: 02-03)

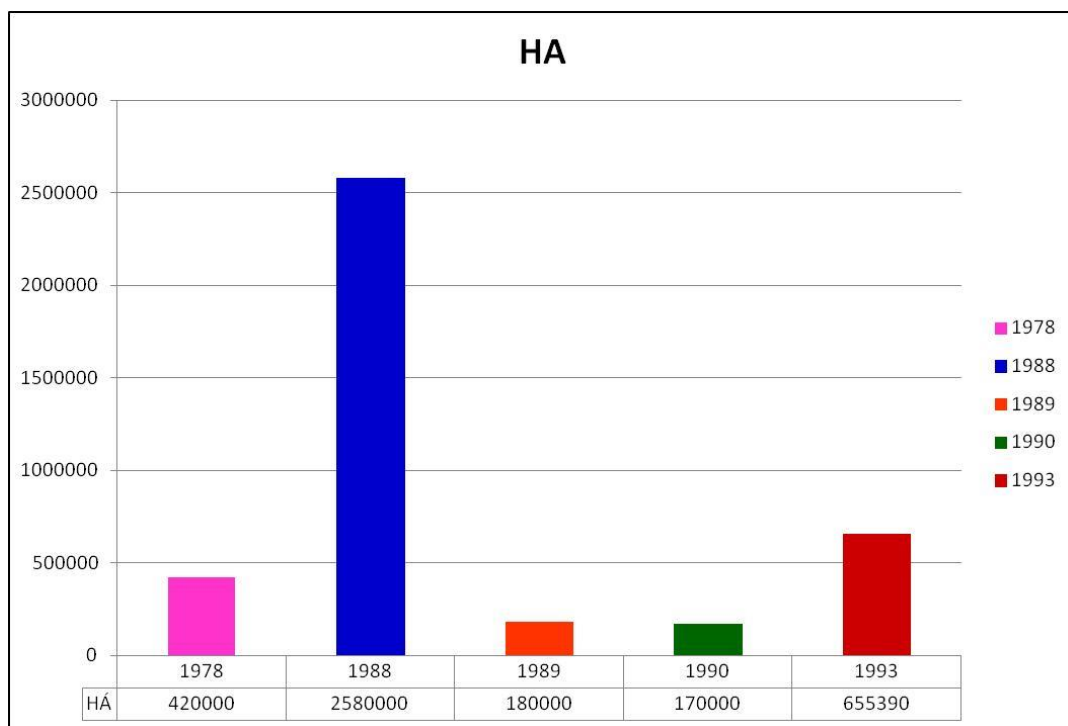
Foi neste contexto que o POLONOROESTE foi implementado, tornando-se o programa oficial que mais contribuiu para o desmate do espaço geográfico rondoniense. Mesmo após encerrado, o Programa causou imensos constrangimentos ao seu financiador, o BIRD, quando da publicação de estudos sobre os índices de desmatamento que o mesmo proporcionou. (Santos, 1998. Miranda, 1992. Leonel, 1992)

As Figuras 1 e 2 demonstram a situação do acúmulo do desmatamento no Estado, no período imediatamente anterior à implementação do POLONOROESTE (1978) e o acúmulo dos índices de desmatamento nos anos posteriores, durante a execução do mesmo (1980 a 1989) e do PLANAFLORO (1990 em diante).



Fonte: INPE (1992); RONDÔNIA (1996) – ORG. Theodoro, J. (2014).

Figura 1 – Acúmulo do Desmatamento em Rondônia – 1978 a 1993



Fonte: INPE (1992); RONDÔNIA (1996) – ORG. Theodoro, J. (2014).

Figura 2 – Desmatamento em Rondônia – 1978 a 2008

Diante da pressão internacional, o BIRD precisava rever suas políticas de financiamentos de projetos na Amazônia. As questões mais relevantes da conservação e uso dos recursos naturais da Amazônia diziam respeito ao avanço do desmatamento e à perda de biodiversidade, ligados às políticas de desenvolvimento na região, tais como especulação de terra ao longo das estradas, crescimento das cidades, aumento drástico da pecuária bovina,

exploração madeireira e agricultura familiar (mais recentemente a agricultura mecanizada), principalmente ligada ao cultivo da soja e algodão (Fearnside, 2005, Alencar *et al.*, 2004 e Laurance *et al.*, 2004).

Na história mais recente da região, este crescimento das atividades econômicas em larga escala sobre os recursos da Amazônia legal brasileira, tem propiciado o aumento da taxa de desmatamento que, no período de 2002 e 2003, foi de 23.750 km², a segunda maior taxa já registrada nessa região, superada somente pela marca histórica de 29.059 km² desmatados em 1995 (INPE, 2004). A situação crítica levou o governo brasileiro a criar um Grupo Interministerial a fim de combater o desmatamento e apontar soluções para a diminuição e minimização seus efeitos na Amazônia Legal (MMA, 2003).

O que ainda mantém a região amazônica pouco povoada é a dificuldade de transporte, favorecida por precárias estradas. Os rios ainda constituem a principal via de transporte da região, os “caminhos da floresta”. A exploração dos recursos do ecossistema amazônico torna-se política de Estado, traduzido pela fachada do “desenvolvimento”. Delineia-se o cenário dos grandes projetos para a Amazônia (Becker, 2007).

1.3 – O PLANAFLORO e a Criação de Unidades de Conservação no Estado de Rondônia

Posteriormente, quando da implementação do PLANAFLORO a partir de 1990, uma nova discussão se apresentava no sentido de que os novos programas oficiais, concebidos para a Região, deveriam no seu planejamento prezar pela “sustentabilidade” do ambiente. As ações precisavam ser bem estruturadas de forma a não incorrer nos mesmos erros que ficaram evidenciados no POLONOROESTE. Assim, o PLANAFLORO nasceu dentro desta nova demanda e uma série de exigências compunha o pacote de condições para que os recursos destinados ao mesmo fossem liberados. Entre estas exigências, estava a criação de quantidade de UC em Rondônia, de forma a garantir a integridade de uma área considerável do Estado. Estas condições foram atendidas com a elaboração do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE/RO e diversas UC foram criadas no ano de 1990 (Santos, 1998. Ott, 2002; Smeraldi & Millikan, 1995).

Com a criação do Sistema de Unidades de Conservação, o SNUC (2002), a legislação brasileira estabelece proteção legal contra invasão e corte de árvores em Unidades de Conservação, em especial nas que se enquadram na categoria de Uso Indireto. Leis e decretos nos âmbitos estaduais e municipais também ajudam a estabelecer os limites de

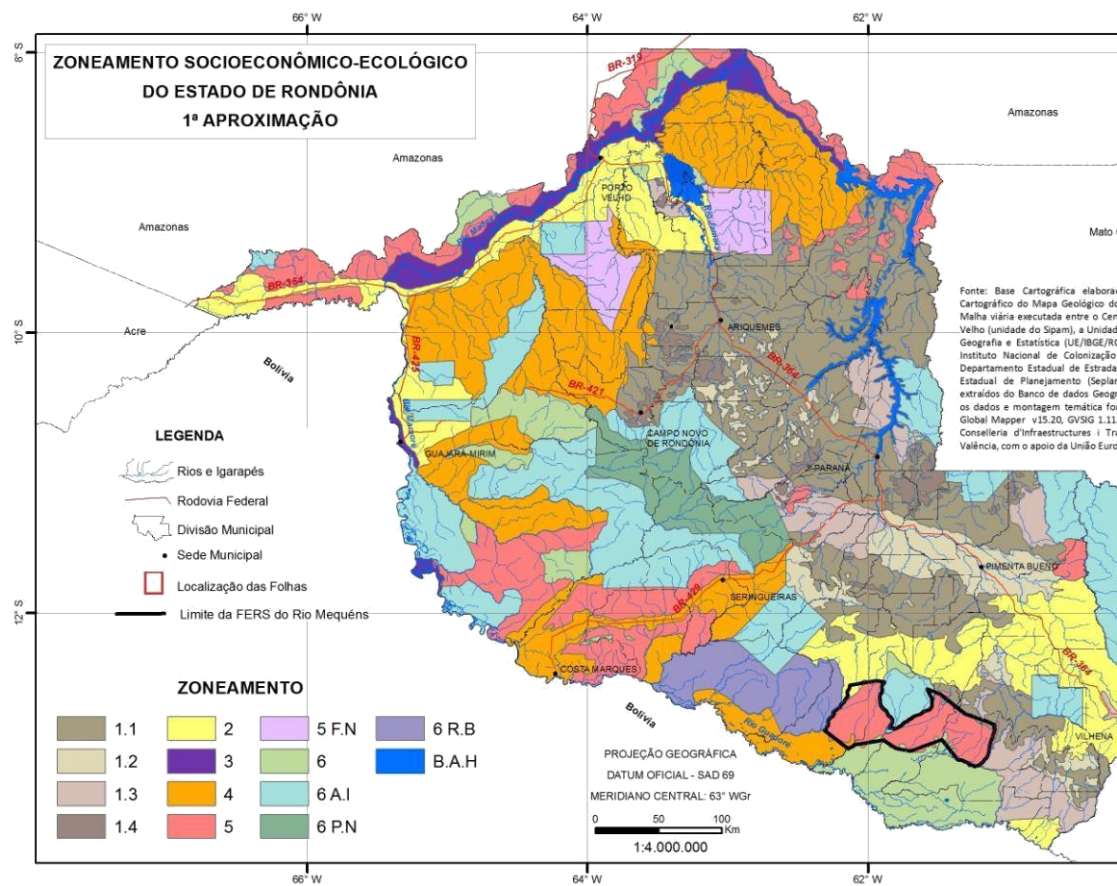
utilização dos recursos florestais dentro de UC gerenciadas pelo poder público de cada esfera. No entanto, o aparato legal não conseguiu efetivamente evitar ou mesmo controlar a invasão, exploração e desmate dentro dos limites legais da UC, em especial em Rondônia. (FUNATURA, 1989; Pedlowski, et. al., 1999; MMA, 2000)

Mais grave ainda é a espoliação das áreas das UC, dentro das esferas legais (Smeraldi & Millikan, 1995). Nunes (1997) chama a atenção para o fato de as UC em Rondônia sofreram alteração no tamanho da sua área no período entre a criação e a homologação efetiva das reservas. Fearnside já alertava para esta questão na década de 1980, quando falou sobre a diferença do tamanho da área da Reserva Biológica do Guaporé, que pelos mapas publicados pelo Banco Mundial constituía-se de 1,4 milhões de hectares, mas após mudanças nos seus limites, passou a ter apenas 600 mil hectares quando foi oficialmente criada:

"Enquanto avança a ocupação mal ordenada, diminuem os limites das reservas. É ilustrativo o caso da Reserva Biológica do Guaporé, ao sul de Rondônia. A área de 1,4 milhões de hectares, originalmente proposta, segundo mapas publicados pelo Banco Mundial, foi sucessivamente diminuída. Primeiro transferiram seu limite sul mais para o norte, a fim de não tocar as já ocupadas terras ao longo do Rio Guaporé; Depois encolheram seus limites a leste e oeste para evitar conflitos de terras. Assim, restaram apenas 600 mil hectares quando foi oficialmente criada. (...) E hoje sabe-se que a área da reserva é menor ainda do que a indicada no mapa do Governo do Estado de Rondônia." (Fearnside, 1985:90)

A criação de grande número de UC em Rondônia, como salientado anteriormente, aconteceu como exigência do Banco Mundial para liberação do financiamento para o PLANAFLORO. Apesar deste número (ao todo 43, entre 1990 e 1995) e a quantidade significativa de áreas protegidas, na realidade esta medida não significou necessariamente a garantia da manutenção da biodiversidade (Fearnside, 1985). As figuras abaixo mostram um pouco desta situação.

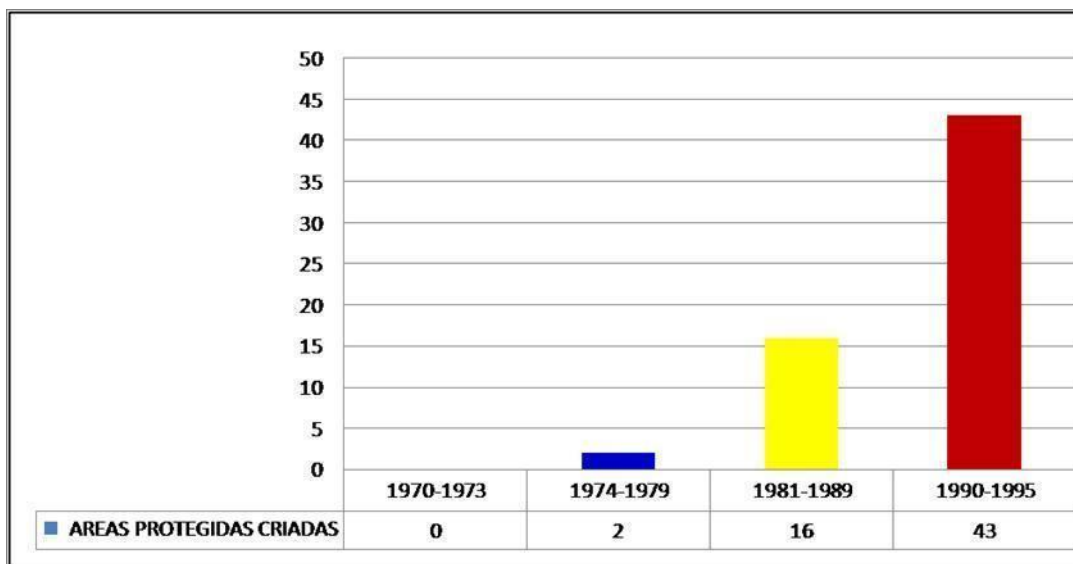
As Figuras 3 demonstram o ZSEE/RO em sua primeira, onde estão representadas as Unidades de Conservação existentes no Estado, com a Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns, em destaque.



Fonte: PLANAFLORO (1998); CPRM (2007); SIPAM; UE/IBGE/RO; INCRA/RO; DER;SEPLAM; – ELAB. Baratta, C. (2014)

Figura 3 – ZSEE/RO: 1ª APROXIMAÇÃO

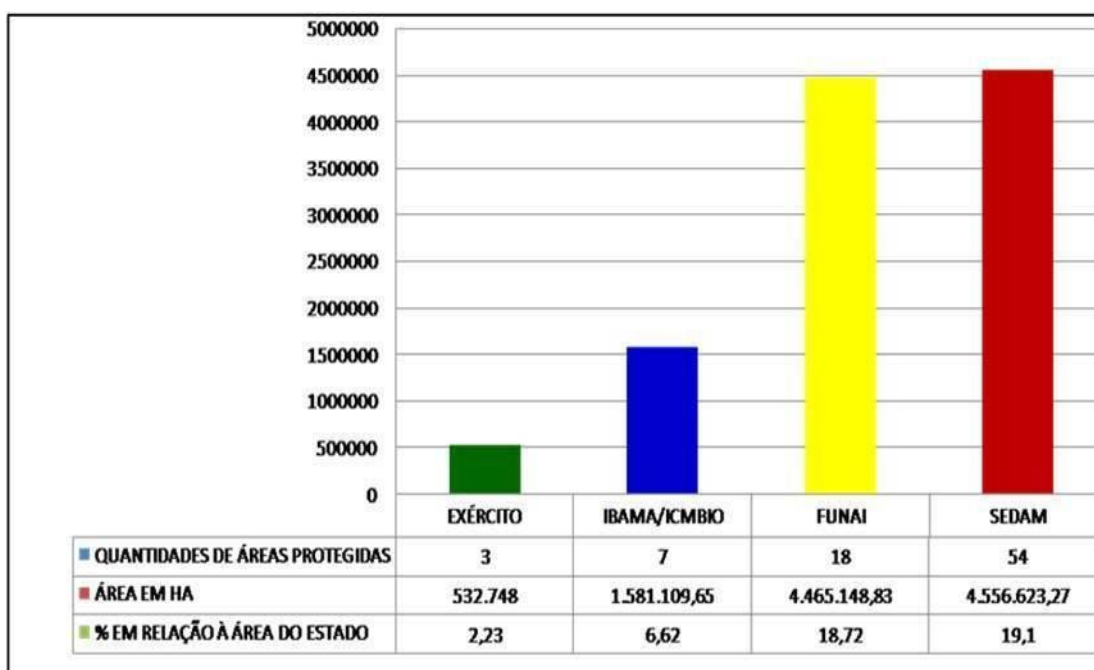
A Figura 4 demonstra o quantitativo de UC criadas entre os anos de 1990 e 1995, período da implementação do PLANAFLORO, em contraste com os anos anteriores.



Fonte: INPE (1992); RONDÔNIA (1996) – ORG. Theodoro, J. (2014).

Figura 4 – Criação de Áreas Protegidas no Estado de Rondônia

A Figura 5 mostra que a maioria das áreas protegidas do Estado estava, e ainda está, sob o gerenciamento do poder público estadual.



Fonte: INPE (1992); RONDÔNIA (1996) – ORG. Theodoro, J. (2014). Área do Estado de Rondônia: 238.512,80km²/23.851.280ha

Figura 5 – Áreas de Proteção e Instituições Responsáveis

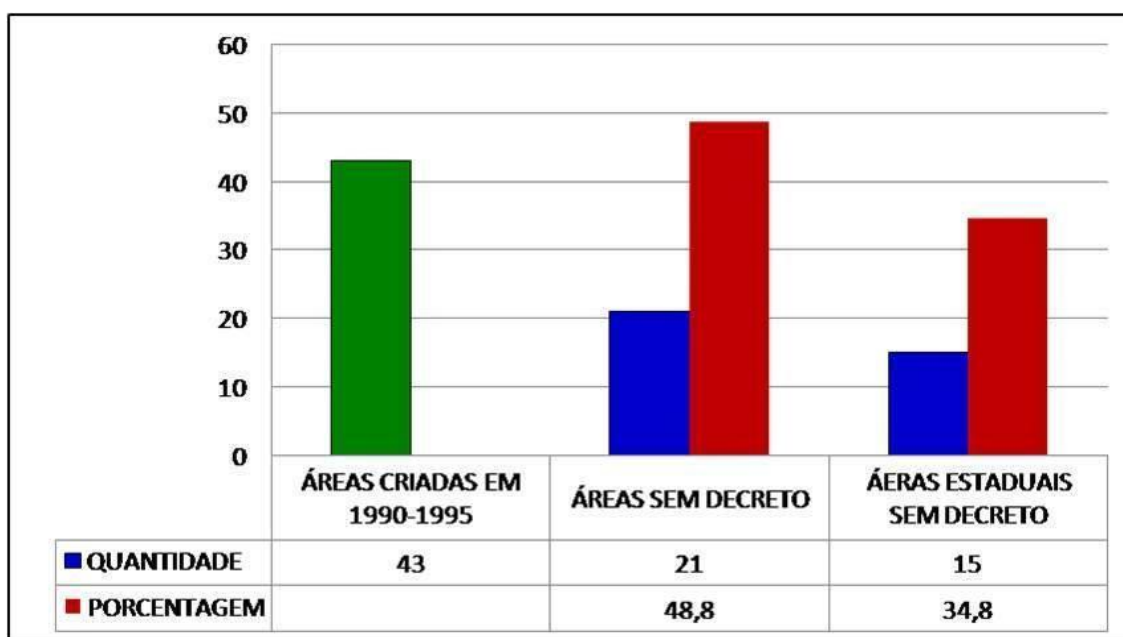
A maioria destas reservas foi criada pelo Governo do Estado, no período entre 1990 e 1995, existiam para o PLANAFLORO e para o Banco Mundial, mas não atendiam às questões legais. Segundo Nunes (1997), das 43 áreas criadas no Estado, neste período, 21 não possuíam Decreto e nem diploma legal definitivo e isto impedia a implementação do Plano de Manejo de tais áreas e a prática de monitoramento ambiental das mesmas.

O Quadro 1 e a Figura 6 apresentam estas 15 áreas, sob o gerenciamento do poder estadual, que ainda não estavam regulamentadas, no ano de 1996, com a área abrangida e o percentual, em relação às terras protegidas criadas no período de 1990 a 1995.

GERENCIAMENTO	CATEGORIA DE MANEJO	DENOMINAÇÃO	ÁREA (HÁ)
SEDAM	FERS	Rio Guaporé	278.375,0000
		Rio Madeira “B”	82.437,5000
		Mutum	11.471,0435
		Gavião	440,3945
		Periquitos	162,5504
		Araras	264,7733
		Tucano	659,5607
	RESEX	Jaci-Paraná	205.000,0000
		São Francisco	72.697,1600
		Baixo Rio São Miguel	5.840,0000
		Rio São Domingos	10.228,0000
		Rio São Pedro	59.792,0000
		Rio Guaoré	32.417,7182
		Rio Machado	394.481,0000
		Cuniã	91.777,0000

Fonte ITERON (1996) – Org: Theodoro, J. (2014).

Quadro 1 – Áreas Protegidas sem Decreto em RO



Fonte ITERON (1996) – Org: Theodoro, J. (2014).

Figura 6 – Áreas Protegidas Sem Decreto, no Estado de Rondônia

O processo de criação de terras protegidas à toque de caixa, acarretou diversos problemas. O principal deles foi a falta de capacidade do Estado para gerenciamento de tantas UC. Sem infra-estrutura própria, o poder Público do Estado dependia do PLANAFLORO para tal e não tinha perspectiva de assumir a contendo esta tarefa sozinho. Ainda, os interesses políticos e econômicos nestas áreas determinaram a permissividade em relação à invasão, posse e uso das mesmas. (Pedlowski, et. al., 1999)

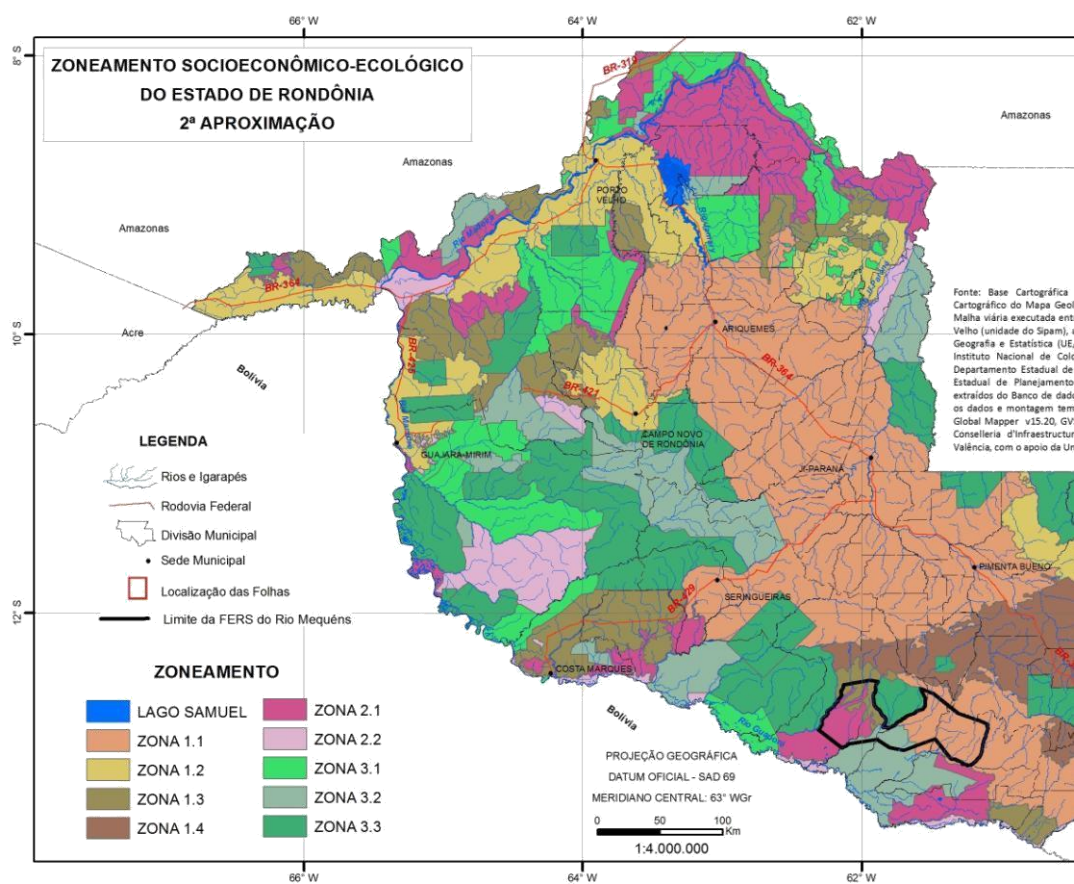
Sem fiscalização e com a conivência do poder público, grandes áreas foram subtraídas das medidas originalmente propostas para as UC criadas. Muito da ocupação das áreas das UC em Rondônia, aconteceram após a sua criação, porém o Governo não procedeu a retiradas dos invasores e a restituição da área integral das mesmas. Desta forma agravou o problema. A omissão do poder público foi interpretada como um incentivo para mais invasões e desmatamento em áreas que deveriam estar sob proteção do Estado. Em relação à ocupação de UC após a sua criação, Millikan & Smeraldi (1995) fala sobre a situação do Parque Estadual de Corumbiara, onde o Instituto de Terras e Colonização de Rondônia – ITERON excluiu 159.215 hectares de área de proteção quando procedeu a demarcação do mesmo. Os autores ressaltam que a área excluída corresponde a títulos expedidos irregularmente pelo INCRA, entre os anos de 1991 e 1992, através de CPCVs, após a criação do referido Parque, além de áreas correspondente a processos de posseamento e grilagem.

Esta situação agravou-se com o passar dos anos e culminou com a extinção de seis Unidades de Conservação no Estado de Rondônia, no ano de 2010, UC estas criadas em 1990,

quando se deu o aporte de recursos para implementação do PLANAFLORO e que, à margem do poder público, nunca existiram de fato, apenas de direito, a saber, a Floresta Estadual Extrativista de Laranjeiras, a Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Roosevelt, a Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns, a Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio São Domingos, o Parque Estadual de Candeias e o Parque Estadual Serra dos Parecis. Esta situação de UC pró-forma fica evidenciada já nos primeiros anos de vida destas áreas, ainda durante o desenvolvimento do PLANAFLORO e a elaboração do ZSEE/RO.

Estas seis áreas em questão constam no mapeamento do ZSEE/RO em sua primeira aproximação, onde a metodologia utilizada abrange apenas trabalhos realizados em escritórios/laboratórios. No entanto, no ZSEE/RO em sua segunda aproximação, estas áreas não constam na lista de UC do Estado e muito menos no mapeamento realizado. Como não entraram nos trabalhos do ZSEE/RO, não foi realizado nenhum levantamento biológico e/ou geográfico de caracterização destas UC, como deveria ser e como foi feito em outras UC e seu plano de manejo. Para os órgãos ambientais, estas áreas nunca existiram de fato, apenas de direito, assim os levantamentos que se tem são das zonas em que as mesmas estão inseridas, como um todo (SEDAM, 2010).

A Figuras 7 demonstra o ZSEE/RO em sua e segunda aproximação, apresentando as diferenças territoriais em relação à primeira aproximação (página 31), incluindo mudanças em Unidades de Conservação, como o caso da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns, em destaque.



Fonte: PLANAFLORO (1998); CPRM (2007); SIPAM; UE/IBGE/RO; INCRA/RO; DER; SEPLAM; – ELAB. Baratta, C. (2014).

Figura 7 – ZSEE/RO: 2ª APROXIMAÇÃO

CAPITULO 2 – LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Neste Capítulo são abordadas as questões referentes ao SNUC e as definições para as Unidades de Conservação, a Legislação Ambiental no que tange à criação e revogação de Unidades de Conservação e o Zoneamento Econômico e Ecológico do Estado de Rondônia como instrumento de planejamento e gestão.

2.1 – O SNUC e as Definições para as Unidades de Conservação

O avanço do desflorestamento em áreas tropicais do planeta forçou o reconhecimento da necessidade de preservação da biodiversidade destes ecossistemas. (Gallegos, 1997). Para Moran (1993), a força do desmatamento na Amazônia provocou este mesmo reconhecimento quanto a este ecossistema, em especial. Como alternativa para a questão imposta pelo desmatamento, foram criadas estratégias de ordenamento territorial e ambiental, em especial, a sistemática criação de áreas de proteção ambiental, divididas em diversas categorias, não só no Brasil, mas em outros países (Smith & Schultes, 1990). Assim, a função primordial da criação de UC é a garantia da manutenção da biodiversidade de uma área ou a proteção dos componentes biológicos das comunidades, de forma a favorecer novas associações futuras, semelhantemente às eras precedentes. Esta é uma das estratégias mais eficazes e mais aconselhadas para este fim (Veríssimo & Ribeiro, 2007).

Para que estes espaços de preservação fossem garantidos, foi necessária a implementação de uma política pública voltada para as questões ambientais, incluindo a criação de uma legislação específica para atender a demanda ambiental, tanto nas esferas federal, quanto estadual e municipal. Leis, decretos, medidas provisórias, instruções normativas, além de programas de licenciamento, controle e fiscalização, foram instituídos com a finalidade de, não só criar áreas de proteção, mas de garantir a integridade das mesmas.

Além da Constituição Federal da República vigente, em seus artigos 22, 23, 24, 186 e 225, outros importantes mecanismos legais fazem parte do arcabouço jurídico que regulamenta as questões ambientais no Brasil. Entre eles, existe o Código Florestal Brasileiro (2012), a Lei de Proteção à Fauna (1967), a Lei que garante a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico (1977), A Lei que trata de Áreas de Proteção Ambiental (1981), A Lei que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (1981), a Lei e Decreto que tratam

de crimes ambientais (1998 e 2008, respectivamente), a Lei que dispõe sobre a Educação Ambiental (1999), a Lei que trata da gestão de Florestas Públicas para Produção Sustentável (2006), entre outras. (Cordovil, 2010)

Além deste aparato, um órgão relevante quanto às questões ambientais, é o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, que construiu um rol de resoluções que são fundamentais e obrigatórios para a gestão, o controle e a fiscalização de áreas protegidas, além de outras situações que envolvam o patrimônio ambiental.

A discussão conceitual do território é inerente ao estudo de Unidades de Conservação, sob abordagens diversas, como a biológica, a cultural e em especial, a econômica. A desterritorialização de fauna e flora também é um componente significativo no processo de criação de áreas de proteção. Entretanto, a desterritorialização social, em especial, tem provocado conflitos ao longo da história da instituição de Unidades de Conservação. Não basta instituir tais áreas se não se faz o devido gerenciamento das mesmas, possibilitando os crimes ambientais dentro dos limites legais das áreas protegidas. No Brasil, esta situação de UC criada e abandonada pelo Poder Público é muito comum, caracterizando o que alguns autores denominam de “ficções Jurídicas” e/ou “Parques de Papel” (Vallejo, 2009). Para o autor, a criação de áreas de proteção envolve a garantia da manutenção de recursos necessários tanto para uso imediato quanto para utilização futura, onde na verdade as restrições de uso servem com reguladores de acesso e uso de tais áreas, no momento.

Entretanto, a instituição de Unidades de Conservação é uma pauta importante dentro das políticas públicas ambientais. O principal mecanismo legal para a criação, a destinação, a categorização, o gerenciamento e até a revogação de UCs, é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. A Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, foi sancionada pelo vice-presidente da República, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O SNUC define por Unidade de Conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. O mesmo é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. (MMA, 2000)

Entre as atribuições que a referida Lei apresenta, está a instituição do Plano de Manejo para UCs, o estabelecimento de parcerias com comunidades locais, no que tange à criação, planejamento e gestão de UCs, o reconhecimento da existência de populações tradicionais e a inclusão destas nas ações de conservação de áreas protegidas. Ainda, o SNUC apresentou a exigência de conselhos consultivos e deliberativos, envolvendo setores diversos

da sociedade, dentro do processo de gerenciamento de UCs – SNUC/2000, Art. 22º: § 2º e § 3º; Art. 27º: § 2º; Art. 29º.

O SNUC exige que o Ministério do Meio Ambiente elabore e mantenha atualizado o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, além da elaboração e envio de relatórios bianuais da situação das UCs, para análise do Congresso Nacional – SNUC/2000, Art. 50º; Art. 51º.

Em casos que envolvam sobreposição de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, o SNUC define que os órgãos federais competentes deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de 180 dias, realizar a regularização da situação – SNUC/2000, Art. 57º.

O SNUC é gerido por órgãos consultivo e deliberativo, central e executores. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, é o órgão consultivo e deliberativo, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema. O Ministério do Meio Ambiente é o órgão central, com a finalidade de coordenar o todo o Sistema. E o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Instituto Chico Mendes – ICMBio, além dos órgãos estaduais e municipais, são os órgãos executores e têm a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação – SNUC/2000, Art.6º I, II, III.

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

- Unidades de Proteção Integral (SNUC/2000 – Art.8º), constituídas por:
 - ✓ Estação Ecológica;
 - ✓ Reserva Biológica;
 - ✓ Parque Nacional;
 - ✓ Monumento Natural;
 - ✓ Refúgio de Vida Silvestre.
- Unidades de Uso Sustentável (SNUC/2000 – Art. 14), compostas por:
 - ✓ Área de Proteção Ambiental;
 - ✓ Área de Relevante Interesse Ecológico;
 - ✓ Floresta Nacional Reserva Extrativista;
 - ✓ Reserva de Fauna;
 - ✓ Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
 - ✓ Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O objetivo primordial das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. O uso indireto é caracterizado como aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais – SNUC/2000, Art. 7º: § 1º.

As Unidades de Uso Sustentável tem por objetivo fundamental a compatibilização da conservação da natureza com o uso direto e/ou sustentável de parcela dos seus recursos naturais. O uso direto é definido como aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais e o uso sustentável é identificado com a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. Estas formas de utilização dos recursos naturais renováveis são denominadas de extrativismo – SNUC/2000, § 2º.

2.2 – Legislação Ambiental no que Tange à Criação, Gerenciamento e Revogação de Unidades de Conservação

O avanço do desmatamento em florestas tropicais e a entrada das questões ambientais na pauta dos governos, conduziram o Brasil a criar uma série de dispositivos legais que contemplem ações convergentes à preservação e conservação do patrimônio ambiental do país, sendo o principal deste, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que é constituído pelo conjunto de unidades conservação federais, estaduais e municipais.

O SNUC define que as unidades de conservação deverão ser criadas por ato do Poder Público. Determina ainda que a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade – SNUC/2000, Art. 22º: § 2º.

Quanto às alterações no tamanho da área de unidades de conservação, o SNUC define que pode-se proceder à ampliação dos limites de uma UC, desde que os limites originais não sofram modificações, exceto pelo acréscimo proposto. Ainda, define que tais alterações devem ser realizadas através de instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade. Assim, estabelece-se que uma unidade de conservação criada através de lei federal somente poderá sofrer alterações em sua área, para ampliação da mesma, através de um dispositivo legal federal, obedecendo-se desta forma o nível hierárquico. O mesmo se

aplica para as unidades de conservação da esfera estadual e municipal – SNUC/2000, Art. 22º: § 6º.

Sobre a existência de populações tradicionais em Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, a posse e o uso deste espaço deverão ser regulados por contrato. Tais populações obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação. O SNUC proíbe o uso de espécies localmente ameaçadas de extinção e práticas que danifiquem os seus habitats. É proibido ainda a prática ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas – SNUC/2000, 23º: § 1º; I, II.

Buscando a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional, o SNUC prevê que quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, o gerenciamento destas deverá ser feita de forma integrada e participativa, levando-se em conta os seus objetivos diversos e priorizando a conciliação da biodiversidade – SNUC/2000, Art. 26º.

Como um dos instrumentos de gerenciamento de UCs, o SNUC determina que as estas devam dispor de um Plano de Manejo. Define ainda que o Plano de Manejo deve abranger tanto a área da unidade de conservação, como a sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos. Este Plano deve instituir medidas que promovam a integração da UC à vida econômica e social das comunidades vizinhas. O SNUC assegura, ainda, a ampla participação da população residente na UC tanto na elaboração quanto na atualização e na implementação do Plano de Manejo de Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Áreas de Proteção Ambiental, Florestas Nacionais e Áreas de Relevante Interesse Ecológico. O prazo instituído pelo SNUC para a elaboração do Plano de Manejo de uma UC é de cinco anos a partir da data de sua criação. São expressamente proibidas quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os objetivos da UC e o seu Plano de Manejo. O SNUC define que quando não houver um Plano de Manejo de uma UC, até que o mesmo seja elaborado, todas as atividades e obras desenvolvidas nesta UC devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais – SNUC/2000, Art. 27º: § 1º; 2º; 3º. Art. 28º: Parágrafo Único.

Segundo o SNUC, o Ministério do Meio Ambiente deverá ficar responsável por organizar e manter um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, através da colaboração entre órgãos oficiais como o Ibama/Instituto Chico Mendes, os órgãos estaduais e

municipais competentes. Este Cadastro deve conter os dados principais de cada unidade de conservação, incluindo informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos. O Ministério do Meio Ambiente deverá divulgar e colocar à disposição do público interessado, os dados constantes do Cadastro – SNUC/2000, Art. 50º: § 1º; § 2º.

O SNUC assegura que o processo criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais. Assegura ainda a alocação de recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as UCs possam ser gerenciadas adequadamente, atendendo objetivos – SNUC/2000, Art. 5º: VIII, XI.

Quanto à desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação, o SNUC estabelece que só possa ser feita mediante lei específica – SNUC/2000, Art. 22º: § 7º.

2.3 – O Zoneamento Econômico e Ecológico do Estado de Rondônia e sua Importância como Instrumento de Planejamento e Gestão

Com o pretense intuito de compatibilizar objetivos diversos como desenvolvimento de interesses nacionais, regionais e locais, é que foi concebida, na década de 1990, a Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, proposta esta que abrangeria hierarquias e prioridades contraditórias. Uma política que englobaria tanto os estados que compõem a Amazônia brasileira quanto dos demais países amazônicos. Tal política dependia imensamente de um programa de ordenamento físico e político do espaço amazônico, conhecimentos mais aprimorados da realidade regional e subsequentemente a capacidade de monitorar o processo de ocupação do espaço e o uso dos recursos naturais existentes na região. (MMA, 1995)

A Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal acabou por definir diretrizes referentes ao planejamento e ao controle do processo de desenvolvimento regional, assim como a adequação das decisões às situações político-administrativa correspondentes. (MMA, 1995)

Diante do desafio, o Projeto RADAM foi de suma importância, à medida em que forneceu dados geográficos até então inexistentes, tratando-se de um primeiro levantamento geográfico integrado da Amazônia, incluindo o Estado de Rondônia. Posteriormente, instituiu-se o ZSEE/RO, considerado fundamental para conduzir a orientação da ocupação territorial do Estado, a promoção do crescimento econômico, a delimitação de áreas

protegidas (Unidades de Conservação, Terras Indígenas, áreas de proteção, etc.) e principalmente para definir as medidas de proteção ambiental a serem adotadas na esfera do Poder Público. Sua implementação era considerada como prioritária e urgente, tratando-se de uma pré-condição para que outros programas destinados à região pudessem ser racionalmente executados. (MMA,1995)

Assim, o instrumento denominado zoneamento era o eixo central das estratégias governamentais que buscavam compatibilizar elementos diversos como desenvolvimento, conservação e preservação do meio ambiente, de forma a estabelecer o chamado “desenvolvimento sustentável”, em especial, na região amazônica. A implementação de políticas públicas ambientais pautam-se na demanda de recursos naturais, nas restrições e ofertas ambientais, bem como a ação antrópica provocada pela imigração para a região e conseqüentemente as pressões sobre áreas de preservação. (SEDAM, 2010)

“O zoneamento constitui um instrumento técnico e político de planejamento, cuja finalidade última é otimizar o uso do espaço e orientar as políticas públicas.” (SEDAM, 2010:06)

A parte técnica do documento abrange informações sobre o espaço físico do Estado, que deve fundamentar a ocupação racional e o uso sustentável dos recursos naturais. O mesmo apresenta informações integradas em uma base cartográfica e classifica o espaço de acordo com as suas vulnerabilidades e potencialidades. Politicamente, o ZSEE/RO deveria regulamentar o uso do território, integrando as informações técnicas e geográficas às políticas públicas, de forma a embasar as decisões quanto à utilização dos recursos existentes no Estado. Celeridade na execução e abrangência das ações são outras vantagens políticas que o ZSEE/RO pode oferecer ao poder público, além de se tratar de um instrumento que permite constituição de parcerias, tanto na esfera governamental quanto as ações que envolvem o setor privado e a sociedade civil. Outra característica importante do ZSEE/RO é quanto ao planejamento e gestão do espaço. O mesmo deve ser entendido como um instrumento não só caráter de corretivo quanto ao ordenamento do território e o uso dos recursos naturais, mas também como um elemento essencialmente estimulador do desenvolvimento. (SEDAM, 2010)

Uma característica que deve ser inerente ao ZSEE/RO é o fato deste tratar-se um instrumento dinâmico, o qual deve ser periodicamente revisto e atualizado, capaz de absorver as mudanças ocorridas e transpor-se para os novos padrões de desenvolvimento. Um aspecto interessante é que o ao ZSEE/RO não propõem-se a criar zonas homogêneas e estáticas,

crystalizadas em mapas. Assim, todo o espaço abrangido pelo ao ZSEE/RO está passível de sofrer alteração quanto a sua destinação e/ou ordenamento, de acordo com as políticas públicas vigentes. (SEDAM, 2010)

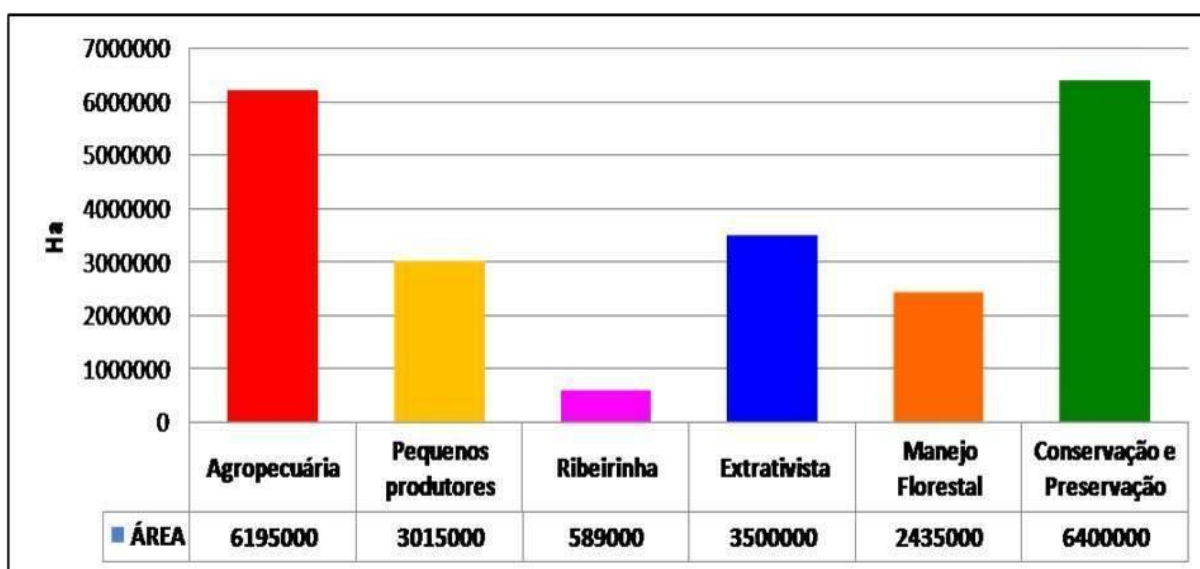
O ZSEE/RO, em sua 1ª aproximação, foi realizado na escala geográfica 1:1.000.000. O mesmo foi instituído pelo Decreto Estadual Nº 3.782 de 14 de junho de 1988, posteriormente ratificado pela Lei Complementar Nº 052 de 20 de dezembro de 1991. A metodologia que balizou os trabalhos de reconhecimento da ocupação territorial, na identificação da alteração da cobertura vegetal e na evidencia dos condicionamentos geofitoecológicos e edafoclimáticos dos ‘sistemas ambientais’ de ocupação. Foram utilizadas imagens do satélite LANDSAT-TM-5 e do satélite meteorológico NOAA. Ainda, usou-se o material produzido pelo RADAMBRASIL – 1978. Os mapas das UC e a base cartográfica foram preparados a partir de cartas planialtimétricas da DSG/ME e do IBGE. (SEDAM, 2010)

O ZSEE/RO em sua 1ª aproximação elaborou uma divisão territorial do Estado de Rondônia a partir de 6 áreas, de acordo com a destinação e a finalidade de cada área delimitada, conforme Quadro 2 e Figura 8, a seguir:

ZONA	DESTINAÇÃO	FINALIDADE
01	Intensificação da Exploração Agropecuária	Ordenamento e recuperação das atividades agrícolas, pecuárias e florestais.
02	Pequenos Produtores em Coletividade	Recuperação e desenvolvimento de atividades agropecuária e de agricultura consorciada com culturas permanentes
03	Ribeirinho	Aproveitamento de várzea e terras firmes marginais aos rios, desenvolvendo atividades agroflorestais e pesqueiras
04	Extrativista	Ordenamento e desenvolvimento do extrativismo vegetal de castanha, goma, óleo, frutos e raízes exploráveis.
05	Manejo Florestal	Importante potencial madeireiro, para extração em escala comercial
06	Conservação e Preservação	Garantir a manutenção dos ecossistemas e o equilíbrio ecológico.

FONTE: SEDAM (2010) – Org: Theodoro, J. (2014).

Quadro 2 – Divisão Territorial do Estado de Rondônia: 1ª Aproximação do ZSEE/RO



FONTE: SEDAM (2010) – Org: Theodoro, J. (2014).

Figura 8 – Destinação e Áreas do ZSEE/RO: 1ª APROXIMAÇÃO

O ZSEE/RO, em sua 2ª aproximação, aprofundou os estudos anteriores. O mesmo foi realizado na escala cartográfica 1:250.000 em alguns casos, em 1:100.000, bem mais detalhado que a versão anterior. O mesmo foi aprovado pela Lei Complementar Nº 233 de 06 de junho de 2000. Posteriormente foi alterado pela Lei Complementar Nº 312 de 06 de maio de 2005, alterações estas que acrescentava e revogava dispositivos da lei anterior. O ZSEE/RO foi o primeiro aprovado no Brasil e reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, pelo Ministério da Agricultura e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. No ZSEE/RO do Estado de Rondônia, ficou estabelecido, por meio de um Acordo de Cooperação entre a União, através do MMA, e o Estado de Rondônia, através da SEDAM, que o mínimo de 80% da propriedade rural deve ser preservado para fins de reserva legal. Ainda, que para fins de recomposição florestal da reserva legal deve-se averbar, observando o mínimo de 50% da propriedade. Foram excluídas em qualquer caso, as Áreas de Preservação Permanente, os sítios ecossistemas especialmente protegidos, ecótonos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos. (SEDAM, 2010)

A metodologia utilizada envolveu levantamentos temáticos e a integração das informações geradas pelos mesmos. Foram abordadas a geologia, a geomorfologia, a climatologia, os recursos hídrico superficiais, a pedologia, a vegetação, a fauna, o uso e ocupação do solo, a situação fundiária, a socioeconomia, a aptidão agrícola, a vulnerabilidade ambiental e os sistemas naturais. Foi criado um banco de dados digitais onde todas estas informações foram inseridas. Foi realizada uma integração dos temas estudados através de um banco de dados relacional. A partir das informações e das correlações estabelecidas, foi feita a cartografia de todo o ZSEE/RO. A mesma foi totalmente digitalizada, com a utilização de

Sistema de Informação Geográfica – SIG, que possibilitou a geração de informações georreferenciadas e de sensoriamento remoto. Este trabalho resultou em um banco dados cartográficos de todo o Estado. Os trabalhos foram realizados em escritórios/laboratórios e com trabalhos de campo, de modo a complementar e confirmar os trabalhos digitais. (SEDAM, 2010)

O ZSEE/RO, em sua 2ª aproximação, estabeleceu 3 zonas de aptidão, divididas em subzonas de acordo com características distintas. O quadro 3, a seguir, demonstra as zonas e as descrições de cada uma.

ZONA	DESTINAÇÃO	SUB ZONAS	CARACTERÍSTICAS
1	Agropecuária, Agroflorestal e Florestal	1.1	<ul style="list-style-type: none"> Área com grande potencial social, com alto potencial de ocupação humana. Área com estabilidade ambiental. Área destinada à intensificação e consolidação das atividades agropecuárias, agroflorestais, florestais, agroindustriais, industriais e minerais. Área com desmatamento restrito ao limite da área de reserva legal e fomentada as atividades de recuperação das áreas de preservação permanentes. Área com estradas de acesso. Área que concentram as maiores densidades populacionais do estado e seus municípios ou assentamentos urbanos mais importantes. Áreas com custo de preservação ambiental muito elevados. Área com solos de boa aptidão agrícola e baixa vulnerabilidade a erosão.
		1.2	<ul style="list-style-type: none"> Área com médio potencial social, onde predominam a cobertura florestal natural. Área onde ainda predomina a cobertura florestal natural. Área em processo acelerado de ocupação. Área com desmatamentos não controlados. Área com aptidão agrícola regular. Área baixa e média vulnerabilidade à erosão.
		1.3	<ul style="list-style-type: none"> Área com claro predomínio da cobertura vegetal natural. Área com expressivo potencial florestal; Área em processo de ocupação incipiente, com

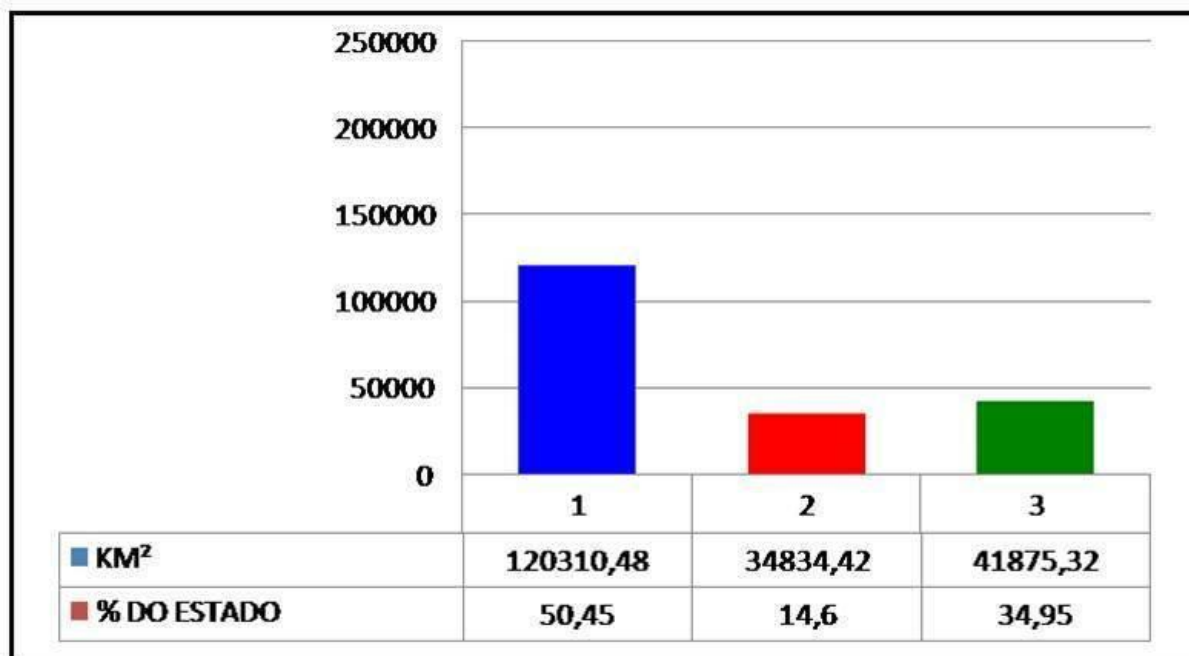
2	Conservação dos Recursos Naturais		<ul style="list-style-type: none"> conversão da cobertura vegetal natural não controlada. • Aptidão agrícola predominantemente restrita; • Área com vulnerabilidade média à erosão. 	<ul style="list-style-type: none"> d) Reg e) Co f) Co g) Imp refl mo
		1.4	<ul style="list-style-type: none"> • Área onde a infra-estrutura disponível propicia a exploração das terras. • Área com restrições ao desenvolvimento de atividades de conversão da cobertura vegetal natural. • Área com ecossistema de relevantes interessantes para a preservação de recursos naturais. • Área com interesse para a preservação de recursos hídricos. • Área com recursos hídricos potencialmente aproveitáveis para hidrelétricas de pequeno porte. • Área com vulnerabilidade a erosão predominantemente alta. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Imp gar refl cult b) Des con c) Des con nat d) Me dos
		2.1	<ul style="list-style-type: none"> • Área onde as atividades de conversão das terras florestais são pouco expressivas. • Área onde o capital natural, sobretudo o florestal, se apresenta ainda em condições satisfatórias de exploração madeireira e não madeireira. • Área onde o custo de oportunidades de preservação se mantém entre baixo e médio; • Área com boa possibilidade de conservar o estado natural. • Área onde o valor das terras florestais pode ser incrementado mediante agregação de valor às existências florestais, através da exploração seletiva de seus produtos. • Áreas com setores de alto potencial para o ecoturismo e para atividades de pesca em suas diversas modalidades. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Pri evit nat b) Ma exi c) Nã agr d) Uti cam e) Fo f) Fo g) Ma
		2.2	<ul style="list-style-type: none"> • Área com ocupação inexpressiva. • Área com custo de preservação da floresta 	<ul style="list-style-type: none"> a) De b) Esf

			natural expressivamente baixo, facilitando a conservação das terras florestais no seu estado natural.	da c) Inc de d) Ati e) Nã qua peq fam f) Áre rec g) Rec do car
03	Unidades de Conservação de uso Restrito e Controlado	3.1	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas constituídas pelas Unidades de Conservação de Uso Direto. • 	a) Uti com uni de b) Uti os ext c) Uti os cat Uni
		3.2	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas formadas pelas Unidades de Conservação de Uso Indireto 	a) O u inst par esp pat esta de
		3.3	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas formadas por terras indígenas 	a) Uso b) Uso aut

FONTE: SEDAM (2010) – Org: Theodoro, J. (2014).

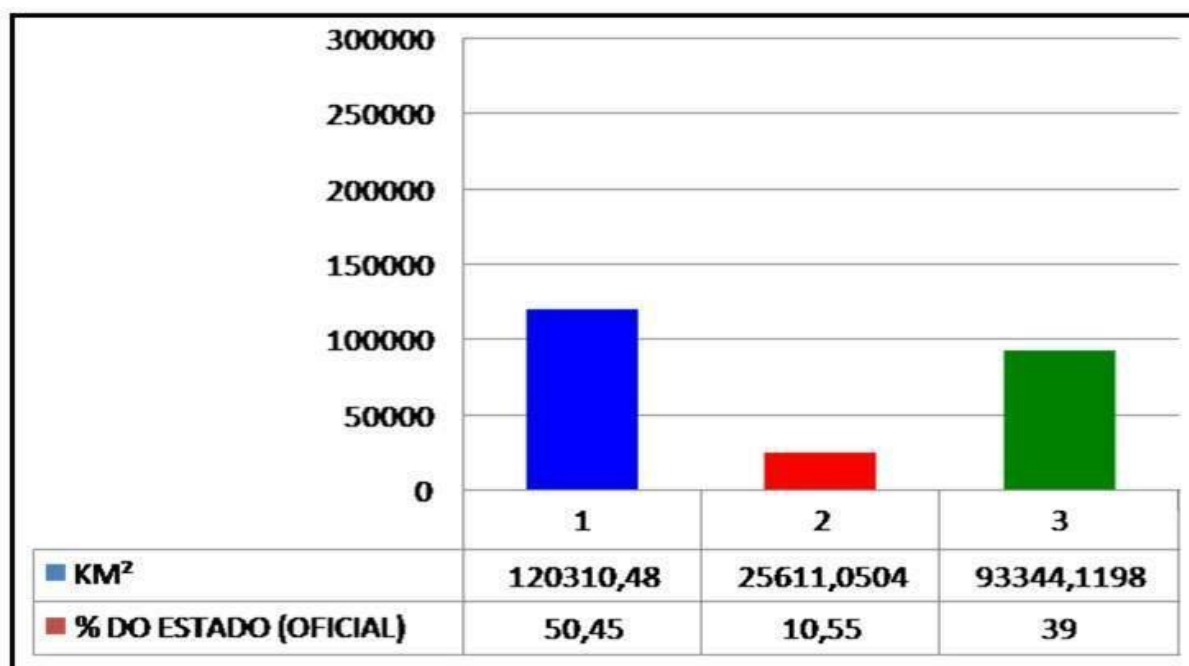
Quadro 3 – Divisão Territorial do Estado de Rondônia: 2ª Aproximação do Z

De acordo com SEDAM (2010), houve uma alteração nas áreas das Zonas 02 e 03, entre o período em que o ZSEE/RO, em sua 2ª aproximação, foi elaborado e o período em que o mesmo foi instituído, o que se chamou de 1ª e 2ª versão do ZSEE/RO, em sua 2ª aproximação. Assim, as Figuras 9 e 10, abaixo, demonstram as mudanças realizadas.



FONTE: SEDAM (2010) – Org: Theodoro, J. (2014).

Figura 9 – Área e Destinação da 1ª Versão do ZSEE/RO: 2ª Aproximação



FONTE: SEDAM (2010) – Org: Theodoro, J. (2014).

Figura 10 – Área e Destinação da 2ª Versão do ZSEE/RO – 2ª Aproximação

O ZSEE/RO, abrangendo todo o trabalho, desde a 1ª aproximação até às alterações últimas, elaborou um rol de conhecimentos sobre o Estado de Rondônia até então inexistente, formando um banco de dados único e imprescindível para qualquer trabalho de planejamento e gestão do espaço rondoniense. O mesmo é um instrumento forjado com o intuito de embasar as decisões e as políticas públicas em todas as áreas, desde os rumos do desenvolvimento do Estado, até as políticas de preservação dos recursos naturais. Atualmente, é o maior referencial em se tratando de embasamento/conhecimento técnico e cartográfico do Estado de Rondônia, subsidiando toda a política ambiental do território.

CAPITULO 3 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REVOGADAS EM RONDÔNIA – FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO MEQUÊNS

Este capítulo apresenta as Unidades de Conservação que foram revogadas em 2010, no Estado de Rondônia, caracterizando a situação de existência legal apenas, que as mesmas foram submetidas. Ainda, expõem mais detalhadamente a UC que é objeto desta pesquisa, a saber, a Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequêns.

3.1 – Unidades de Conservação Fantasmas

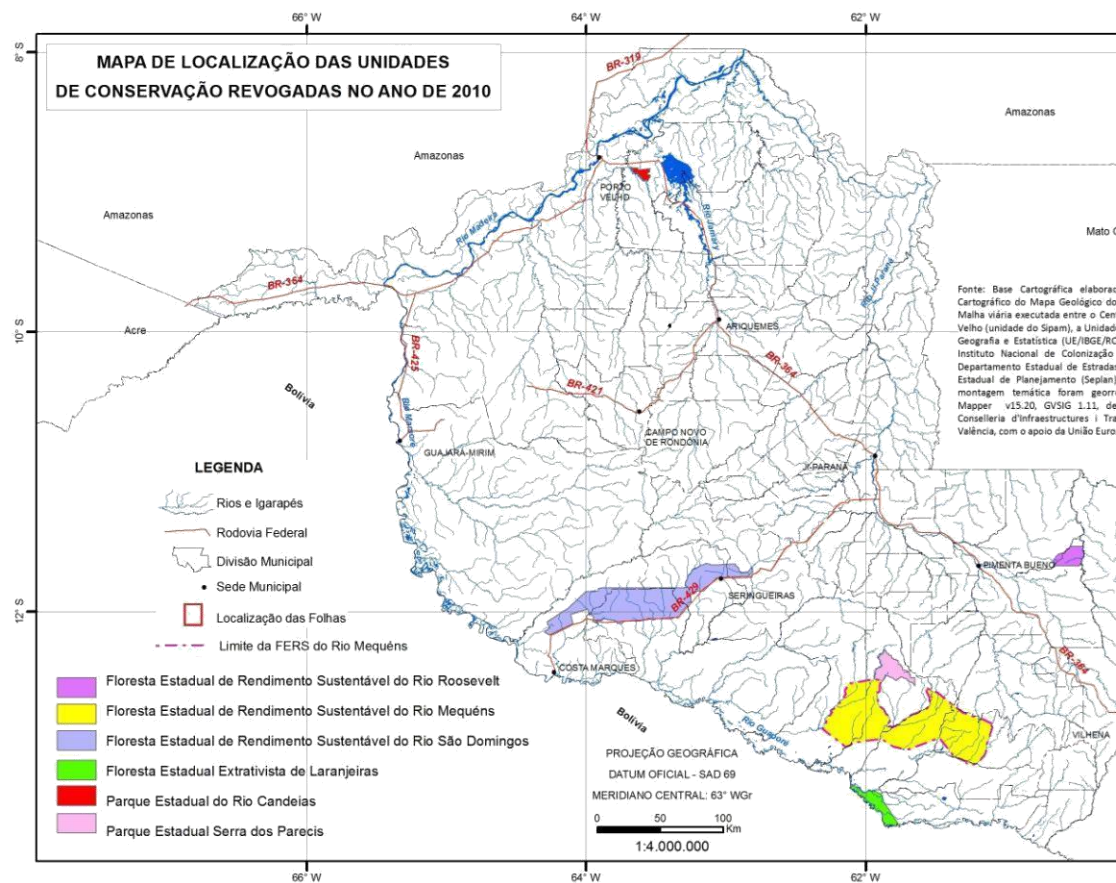
As Unidades de Conservação abordadas neste estudo, em especial o caso da Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequêns, foram criadas, sequencialmente, no dia 23 de março de 1990 e revogadas, também sequencialmente, no dia 19 de julho de 2010. São elas:

- A Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio São Domingos foi criada pelo **Decreto Estadual Nº 4.566** de 23 de março de 1990, localizada nos Municípios de Costa Marques e São Miguel do Guaporé, e revogada através da **Lei Complementar Nº 589** de 19 de julho de 2010.
- A Floresta Estadual Extrativista de Laranjeiras foi criada pelo **Decreto Estadual Nº 4.568** de 23 de março de 1990, localizado no município de Cerejeiras, e revogada através da **Lei Complementar Nº 585** de 19 de julho de 2010.
- A Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Roosevelt foi criada pelo **Decreto Estadual Nº 4.569** de 23 de março de 1990, localizado Município de Pimenta Bueno, e revogada através da **Lei Complementar Nº 584** de 19 de julho de 2010.
- O Parque Estadual Serra dos Parecis foi criado pelo **Decreto Estadual Nº 4.570** de 23 de março de 1990, localizado no Município de Alta Floresta d'Oeste, e revogada através da **Lei Complementar Nº 588** de 19 de julho de 2010.
- O Parque Estadual do Candeias foi criado pelo **Decreto Estadual Nº 4.572** de 23 de março de 1990, localizado então, Município de Porto Velho, e revogada através da **Lei Complementar Nº 587** de 19 de julho de 2010.

- A Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns foi criada pelo **Decreto Estadual N° 4.573** de 23 de março de 1990, localizada nos municípios de Cerejeiras, Colorado do Oeste e Alta Floresta D'Oeste, e revogada através da **Lei Complementar N° 586** de 19 de julho de 2010.

Estas UC foram denominadas por este estudo de “UC fantasma” pelo motivo de desde a sua criação existirem apenas de Direito. Foram criadas mas não passaram pelas etapas necessárias à consolidação de uma Unidade de Conservação, conforme determinação do SNUC, ficando algumas fora, inclusive, do mapeamento da segunda aproximação do ZSEE/RO.

A Figura 11 apresenta a localização destas seis Unidades de Conservação.



Fonte: CPRM (2007); SIPAM; UE/IBGE/RO; INCRA/RO; DER; SEPLAM; – ELAB. Baratta, C. (2014).

Figura 11 – Mapa de Localização das Unidades de Conservação Revogadas no An

As UCs acima mencionadas foram criadas em função da implementação do PLANAFLORO porém não há qualquer levantamento oficial realizado por parte dos órgãos públicos competentes, referentes às mesmas. Tais UCs não constam no rol de áreas protegidas documentadas pelo ZSEE/RO, em sua 2ª aproximação.

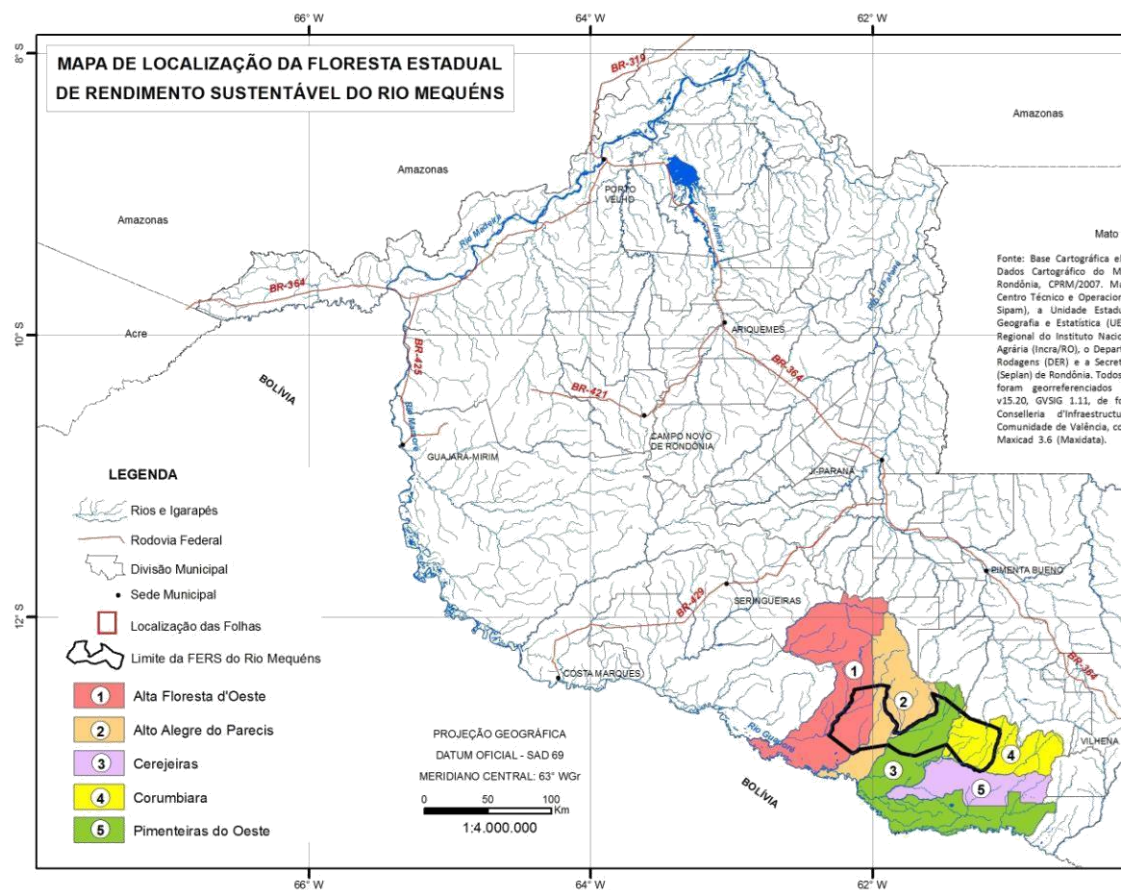
Assim, permaneceram sem regulamentação, o que impossibilitou a construção de Planos de Manejo das mesmas, conforme determinado no Artigo 27 do SNUC/2000, onde realmente se realizaria trabalhos de caracterização física, geográfica, ecológica e ambiental destas áreas. Estas UCs foram criada porém não homologada, tornando-se inexistente para os órgãos ambientais do Estado de Rondônia.

A Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns, Objeto deste estudo, teve um Estudos Sócio-Econômico e Fundiário elaborado do Instituto de Terras de Rondônia – ITERON, no ano de 1994, onde traçou-se um breve perfil fitoecológico da área da UC, além de um elaborado estudo da situação fundiária dentro da UC em questão, uma vez que havia interesse do ITERON na regulamentação fundiária das propriedades existentes dentro dos limites desta área.

Estas áreas não passaram de UCs fantasmas. As mesmas existiram de Direito por 20 anos, de 1990 a 2010, porém nunca existiram de fato.

3.2 – Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

A Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns foi criada através do Decreto nº 4.573 de 23 de março de 1990. Com área de aproximadamente 425.844,00 ha, com perímetro de 398.980 km, à época subordinada e integrante da estrutura básica do Instituto Estadual de Florestas de Rondônia – IRF/RO, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMARO. A área da FERS do Rio Mequéns estava localizada em terras dos municípios de Cerejeiras, Colorado do Oeste e Alta Floresta d'Oeste, conforme a Figura 12 abaixo:



Fonte: CPRM (2007); SIPAM; UE/IBGE/RO; INCRA/RO; DER; SEPLAM; – ELAB. Baratta, C. (2014).

Figura 12 – Localização da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio M

A referida UC localizava-se ao sul do Estado de Rondônia, sendo balizada pelas seguintes Coordenadas Geográficas:

	LATITUDE	LONGITUDE
Extremo Norte	12° 28' 58"	61° 56' 24"
Extremo Sul	13° 05' 14"	61° 12' 59"
Extremo Leste	12° 47' 54"	61° 06' 07"
Extremo Oeste	12° 49' 52"	61° 18' 13"

Fonte: ITERON (1994) – Org: Theodoro, J. (2014).

Quadro 4 – Coordenadas Geográficas que Delimitam a Área da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

Quanto aos limites e confrontações, a UC em questão, limitava-se ao Norte com a área indígena do Rio Mequéns, a Gleba Corumbiara e terras da União. Ao Leste limitava-se com a Gleba Corumbiara e a Gleba Guaporé. Ao Sul fazia limites com a área proposta para compor o Parque Estadual do Corumbiara. E à Oeste, limitava-se com a Reserva Biológica do Guaporé, compondo assim um mosaico de áreas protegidas de diferentes categorias. (ITERON,1994)

Segundo ITERON (1994), a referida reserva estava assentada em partes das Glebas Corumbiara, Rio Verde, Guaporé, Massaco e Imóvel Barranco Alto, terras de propriedade da União Federal, do INCRA e de particulares, conforme a Figura 13, abaixo.

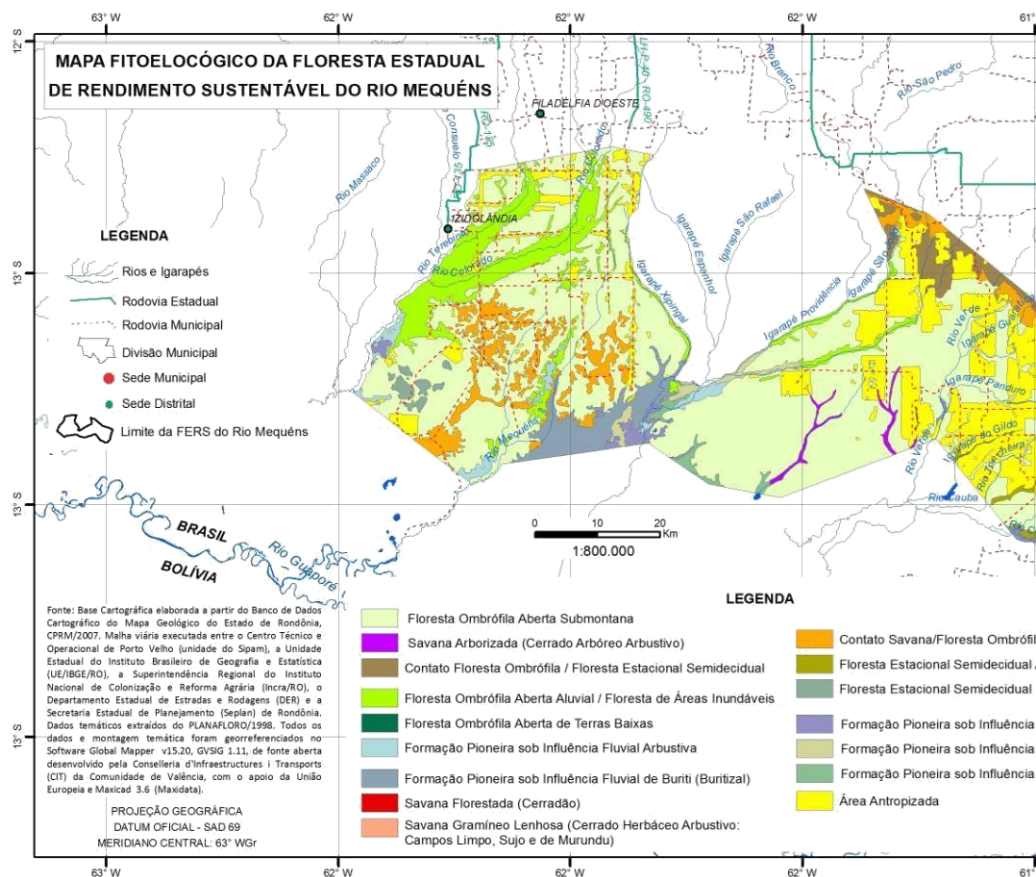
A área abrangida pela UC apresenta 5 tipos de formação florestal, subdivididas de acordo com suas especificidades, conforme apresentado no Quadro 5, a seguir:

FORMAÇÃO FLORESTAL	SUBDIVISÃO
Floresta Ombrófila Aberta	Floresta Ombrófila Aberta Submontana
	Floresta Ombrófila Aberta de Terras baixas
	Floresta Ombrófila Aberta Aluvial/Floresta de Áreas Inundáveis
Floresta Estacional	Floresta Estacional Semidecidual Aluvial
	Floresta Estacional Semidecidual Sub-Montana
Savana	Savana Arborizada (Cerrado Arbóreo Arbustivo)
	Savana Florestada (Cerradão)
	Savana Gramíneo Lenhosa (Cerrado Herbáceo Arbustivo: Campo Limpo, Sujo e Murundu)
Formação Pioneira	Formação Pioneira sob Influência Fluvial Arbustiva
	Formação Pioneira sob Influência Fluvial Arbustiva e/ou Arbórea
	Formação Pioneira sob Influência Fluvial Arbórea
	Formação Pioneira sob Influência Fluvial Herbácea e/ou Gramínea
	Formação Pioneira sob Influência Fluvial de Buritis (Buritizal)
Área de Tensão Ecológica	Contato Floresta Ombrófila/Floresta Estacional Semidecidual
	Contato Savana/Floresta Ombrófila

Fonte: PLANAFLORO (1998) – Org. Theodoro, J. (2014).

Quadro 5 – Caracterização Fitoecológica da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

As formações florestais discriminadas no quadro acima são identificadas na Figura 14, abaixo.



Fonte: PLANAFLORO (1998); CPRM (2007); SIPAM; UE/IBGE/RO; INCRA/RO; DER; SEPLAM; – ELAB. Baratta, C. (2014).

Figura 14 – Caracterização Fitoecológica da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável

CAPÍTULO 4 – OS PROCESSOS DE CRIAÇÃO E DE REVOGAÇÃO DA FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO DO RIO MEQUÉNS

Este capítulo apresenta os resultados dos levantamentos e das análises dos dados referentes à Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns, objeto deste estudo. Estes resultados fomentam as discussões sobre os elementos e motivações que convergiram para a ocupação ilegal de UCs criadas e por fim, o processo de revogação que as mesmas foram submetidas.

4.1 – Grau de Ocupação e Pressão Antrópica na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

O processo de ocupação ilegal e desordenada de uma área devoluta e/ou protegida, acontece baseada em fatores diversos. Entre estes, o acesso proporcionado por uma malha viária estruturada, as mudanças geopolíticas e territoriais na região, as características físicas propícias à certas atividades econômicas (pecuária, atividade madeireira), os interesses agrários (estrutura fundiária baseada nas grandes propriedades e processo de concentração de terra), os interesses sociais e principalmente econômicos e políticos são decisivos para garantir a força motriz que impulsiona as situações de grilagem e posseamento dentro de UCs. A pressão antrópica sobre áreas protegidas está pautada principalmente nestes fatores.

Assim, vejamos como esta pressão antrópica tem acontecido ao longo de 20 anos de existência, na UC que compõem esta pesquisa, a Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns.

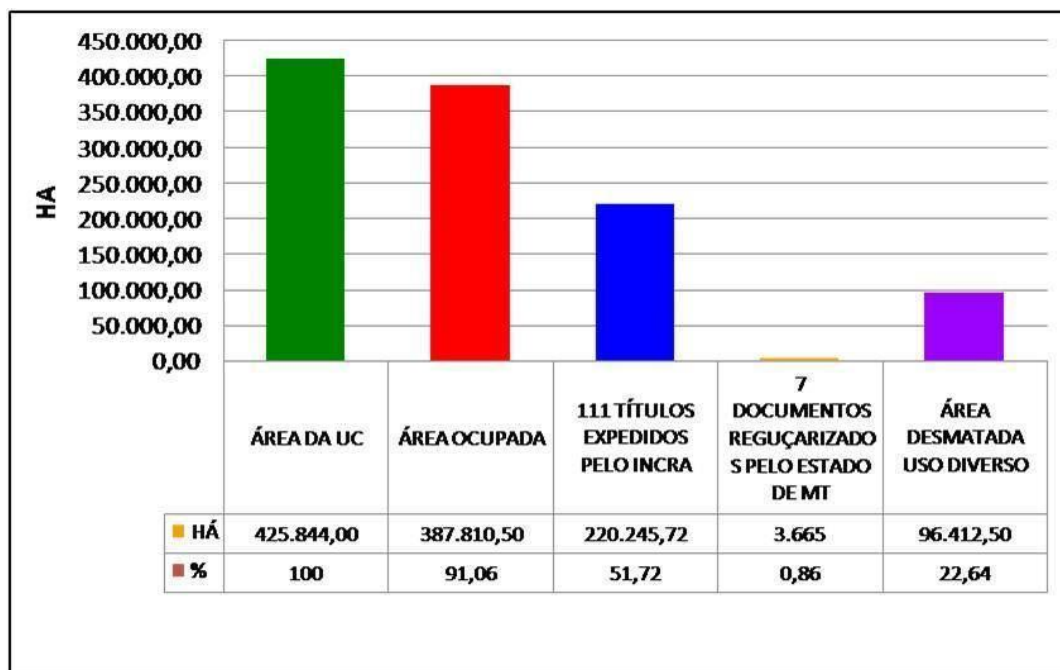
Pautado no Estudo Sócio-Econômico e Fundiário da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns, elaborado pelo ITERON (1996), verificou-se que, à época, a situação dominial era constituída por áreas de propriedade da União Federal e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, áreas destacadas do patrimônio público através de regularização fundiária realizada pela Diretoria do Terras do Estado de Mato Grosso e por áreas destacadas do patrimônio público através de regularização Fundiária realizada pelo INCRA, conforme Tabela 1, abaixo:

PATRIMÔNIO	Nº DE PROPRIEDADES	ÁREA(ha)	% DA UC
ÁREAS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO FEDERAL E DO INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	5 GLEBAS PERTENCENTES À UNIÃO E AO INCRA Massaco Rio Verde Guaporé Imóvel Barranco Alto (parte) Corumbiara	5.015.647,5329	* Espaço maior que a área da UC, que é de 425.844,00 há
ÁREA DESTACADA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ATRAVÉS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PATROCINADA PELA DIRETORIA DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO	7 PROPRIEDADES PARTICULARES REGULARIZADOS PELO ESTADO DE MT Glória La Maison Promissor São Lourenço Osório Hamburgo Burity	3.665	0,86
ÁREA DESTACADA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ATRAVÉS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PATROCINADA PELO INCRA	111 DOCUMENTOS EXPEDIDOS PELO INCRA	220.245,7199	51,72
TOTAL		5.125.687,2528	52,58

Fonte ITERON (1996) – Org: Theodoro, J. (2014).

Tabela 1 – Situação Dominial da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

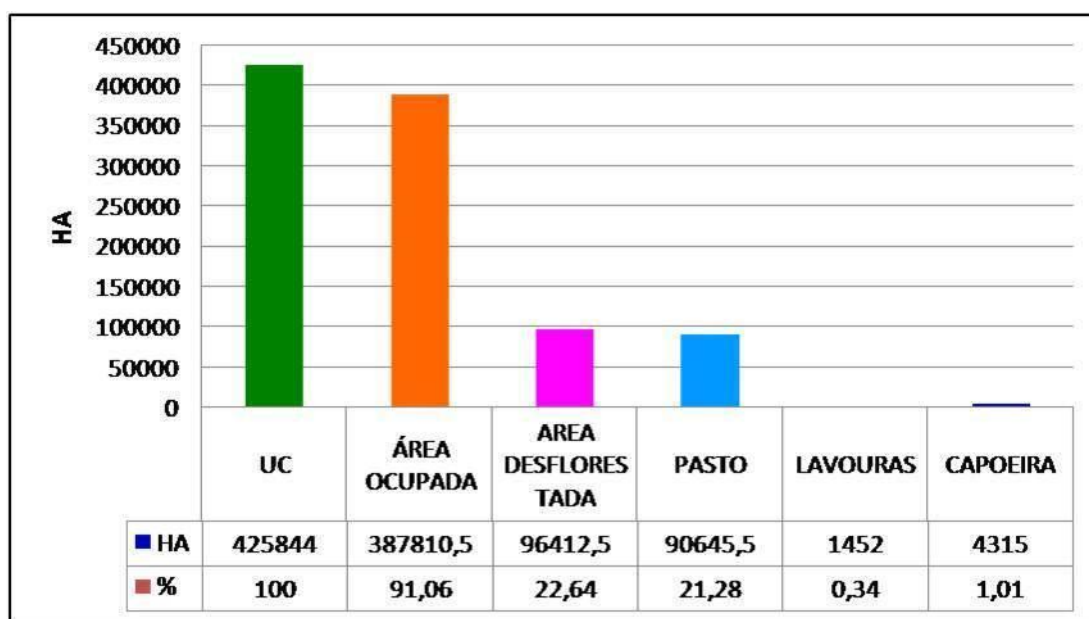
A Figura 15 sintetiza a situação dominial da UC em tela:



Fonte ITERON (1996) – Org: Theodoro, J. (2014).

Figura 15 – Situação Dominial da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

Quanto ao desflorestamento, foi identificada seguinte situação:



Fonte ITERON (1996) – Org: Theodoro, J. (2014).

Figura 16 – Uso da Terra na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

Foi constatado que muitos dos proprietários das unidades fundiárias não moravam dentro da propriedade e sim em municípios vizinhos. Muitos eram funcionários públicos. Também foi verificada a presença de empresas voltadas para a exploração comercial de madeira, como proprietárias de terrenos, assim como seus diversos donos, formando grandes propriedades. Constatou ainda que o processo de grilagem de terras era uma constante, objetivando a ocupação futura por grandes grupos econômicos, evidenciando a ausência do poder público. Algumas propriedades apresentavam sem benfeitorias, com aspecto de abandono.

O problema dos grupos econômicos fica evidenciado quando o ITERON (1994) descreve a situação do acúmulo de grandes unidades fundiárias por uma mesma família, embasando seus trabalhos em empresas constituídas, como podemos verificar no Quadro 6 a seguir:

OCUPANTES	TEMPO DE OCUPAÇÃO (1994)	Nº DE PROPRIEDADES	ÁREA TOTAL	ÁREA DESMATADA
GRUPO ALTOÉ				
Dono: Félix Geraldo Altoé	20 anos	07 lotes Escrituras Públicas e CATP INCRA	11.000	4.000
• Industria Madeireira Altoé Ltda. – INDAL				
• Félix Geraldo Altoé				
• Felix Geraldo Altoé				
• Felix Geraldo Altoé				

<ul style="list-style-type: none"> João Bosco Altoé João Bosco Altoé Simples posse da família 				
GRUPO CAPIXABA Dono: Gutemberg Ermita <ul style="list-style-type: none"> João Ermita Pedro Antônio Ermita Gutemberg Ermita 	20 anos	03 lotes Escrituras Públicas e CATP INCRA	6.000	2.400
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BARBEIRO Dono: o mesmo Lotes comprados: <ul style="list-style-type: none"> 51, 52, 61, 62, 63A e 63B Todos localizados no Setor 09 da Gleba Corumbiara	01 ano	05 lotes Acobertados por Escritura Pública e CATP INCRA	9.855,8165	2.460
FAZENDA TROPICAL Dono: Geron Maia <ul style="list-style-type: none"> Afonso Graço Antônio Mittifogo Cesare Pio Mittifogo Vitorino Mittifogo Bonifácio Mittifogo Lee Hoi On Bruno de Cheavi Guinseppe Mittifogo Shoichi Yokoo Mário Yanai Shiogi Nagakubo Susumo Funo Masaichi Isomata 	05 anos	14 lotes Acobertados por Escritura Pública e CATP INCRA	28.000	14.000
JOAQUIM ROMERO FONTES Dono: O mesmo <ul style="list-style-type: none"> Patrícia Rosa Fontes Cleofas Fontes Joaquim Romeiro Fontes Caetano Fontes Beltran Adriane Fontes Beltran Luciane Fontes Beltran Paschoal Maria Luzia Fontes Beltran Ferreira	11 anos	08 lotes Acobertados por Escritura Pública e CATP INCRA	16.000	6.240
PEDRO CORREIA FILHO Dono: O mesmo <ul style="list-style-type: none"> Hajime Onozato Jitsomobu Tgi Tooru Kamijo 	05 anos	03 lotes Acobertados por CATP INCRA	6.000	4.000
GRUPO ANDREAZZA Dono: Família Andreazza <ul style="list-style-type: none"> Agropecuários Monte Belo Ltda. Dércio Andreazza Celso José Andreazza 	11 anos	03 lotes Acobertados por CATP INCRA	6.045,2762	2.900
ALCEU ELIAS FELDMAN E OUTROS Donos: Grupo <ul style="list-style-type: none"> Takayama Masashi Toshihide Okada Tadashi Suzuki Lucio Tucamoto Seji Yanai Takayama Kanji Shiguema Mashimoto 	09 anos	07 lotes Acobertados por CATP INCRA	14.000	8.500
DANIEL VILELA	08 anos	09 lotes	22.000	6.000

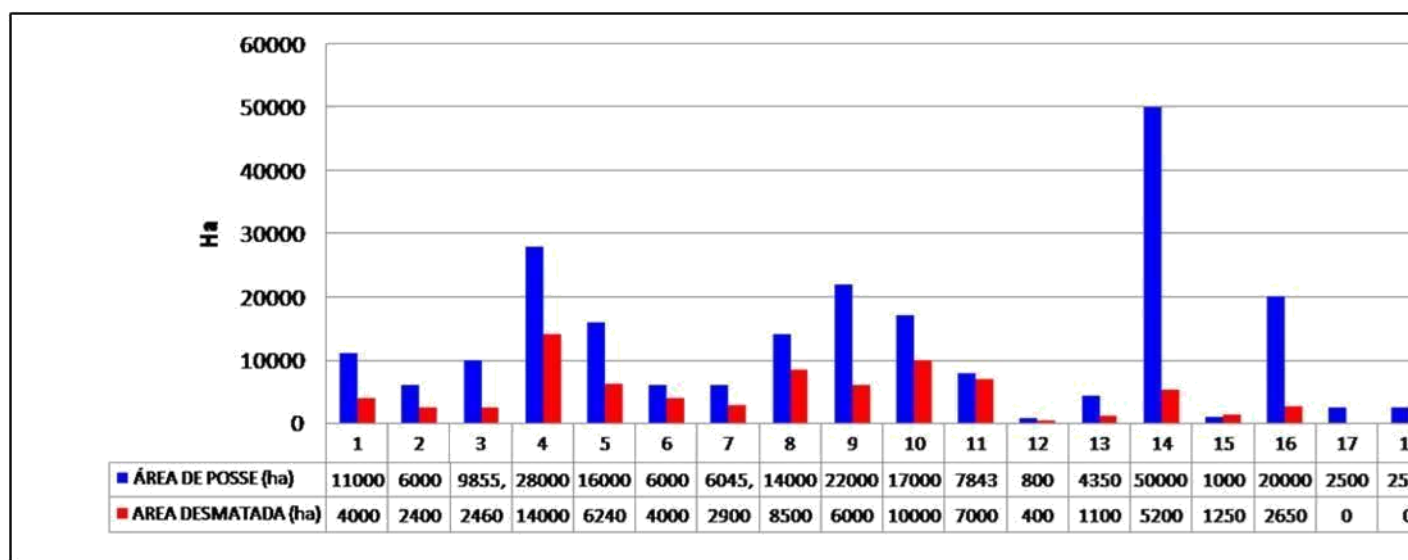
<p>Dono: O mesmo</p> <p>Lotes comprados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 14, 15, 16, 17, 18, 19, 24, 25 e 26 <p>Todos localizados na Gleba Rio Verde</p>	CPCV INCRA			
<p>PARLAN AGROPECUÁRIA LTDA.</p> <p>Dono: Garon Maia</p>	03 anos	Área desmembrada do Imóvel Barranco Alto e titulada pelo INCRA em favor do Sr. Giácomo Casara	17.000	10.000
<p>FAZENDA SANTA ANA</p> <p>Donos: Marcelo Abreu Ribeiro e Irmãos</p> <p>Lotes comprados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 20, 21, 22 e 23 <p>Todos localizados na Gleba Rio Verde</p>	08 anos	04 lotes Comprado de terceiros Escritura Pública e CPCV INCRA	7.843	7.000
<p>FAZENDA SANTA ANA</p> <p>Donos: Marcelo Abreu Ribeiro e Irmãos</p> <p>Lotes comprados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 a 17, contínuos 	02 anos	17 lotes Demarcados pelo INCRA TP/05/86	800	400
<p>ZELÓI RODRIGUES LOPES</p> <p>Dono: o mesmo</p> <p>Obs: Proprietário de serraria</p>	12 anos	Posseiro	4.350	1.100
<p>ARISTEU BATISTA DOS SANTOS</p> <p>Dono: O mesmo</p>	05 anos	Posseiro	50.000	5.200
<p>FAZENDA URUROSE</p> <p>Dono: Rubens Rester</p> <p>Obs: Reside na cidade de Rio Preto</p>	-	Posseiro	10.000	1.250
<p>ALEXANDRE ALVES COSTA</p> <p>Dono: O mesmo</p>	08 anos	Posseiro	20.000	2.650
<p>SINCOL/SULMAO</p> <p>Dono: ?</p> <p>Empresa madeireira/Pimenta Bueno</p> <p>Obs: Propriedade sem benfeitoria</p>	-	Posseiro	2.500	-
<p>REMOP</p> <p>Dono: Ilton Borges</p> <p>Obs: Propriedade sem benfeitoria</p>	-	Posseiro	2.500	-
<p>AGROFLORA</p> <p>Dono: ?</p> <p>Obs: Propriedade sem benfeitoria</p>	-	Posseiro	2.200	-
<p>GERALDO SALVADOR</p> <p>Dono: O mesmo</p> <p>Obs: Propriedade sem benfeitoria</p>	-	Posseiro	2.200	-
<p>AGROINDUSTRIA E FLORESTAL RIO VERDE</p> <p>Dono: ?</p> <p>Obs: Propriedade sem benfeitoria</p>	-	Posseiro	5.000	-
<p>OUVIDES PELISSARE E OUTROS</p> <p>Dono: O mesmo</p> <p>Obs: Propriedade sem benfeitoria</p>	-	Posseiro	2.500	-
<p>JOSÉ FONTAINHA</p> <p>Dono: O mesmo</p> <p>Obs: Propriedade sem benfeitoria</p>	-	Posseiro	3.000	-
<p>MARCO TÚLIO COSTA TEODORO E OUTROS</p> <p>Donos: Família</p> <ul style="list-style-type: none"> • João Pontes Silva 	13 anos	05 lotes 9.205 ha estão acobertados por	11.000	2.200

<ul style="list-style-type: none"> • Kátia Costa Teodoro • Carlos Donizetti Costa Teodoro • Hugo Sérgio Costa Teodoro • André Luiz Costa Teodoro 	CPCV INCRA 1.795 há – posseiro			
ROBERTO CALDAS Dono: O mesmo	17 anos	Posseiro	12.000	2.420

Fonte: ITERON, 1994 – Org. Theodoro, J. (2014)

Quadro 6 – Grupos Econômicos Presentes na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

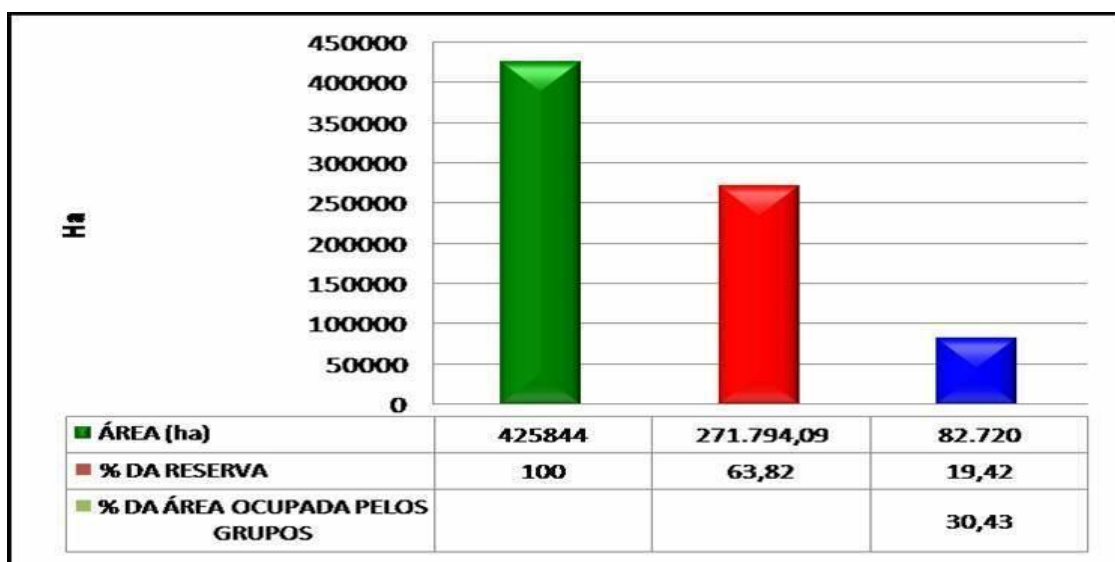
As Figuras 17 e 18 sintetizam o quantitativo de áreas que estas empresas/agropecuarista detinham, em 1994, e o quanto da mesma já se encontrava desflorestada.



Fonte: ITERON, 1994 – Org. Theodoro, J. (2014)

LEGENDA			
ORD	DONOS	ORD	DONOS
1	GRUPO ALTOÉ	14	ARISTEU BATISTA DOS SANTOS
2	GRUPO CAPIXABA	15	FAZENDA URUROSE
3	JOSÉ CARLOS DE SOUZA BARBEIRO	16	ALEXANDRE ALVES COSTA
4	FAZENDA TROPICAL	17	SINCOL/SULMAO
5	JOAQUIM ROMERO FONTES	18	REMOP
6	PEDRO CORREIA FILHO	19	AGROFLORA
7	GRUPO ANDREAZZA	20	GERALDO SALVADOR
8	ALCEU ELIAS FELDMAN E OUTROS	21	AGROINDÚSTRIA E FLORESTAL RIO VERDE
9	DANIEL VILELA	22	OUVIDES PELISSARE E OUTROS
10	PARLAN AGROPECUÁRIA LTDA.	23	JOSÉ FONTAINHA
11	FAZENDA SANTA ANA	24	MARCO TULIO COSTA TEODORO E OUTROS
12	FAZENDA SANTA ANA	25	ROBERTO CALDAS
13	ZELÓI RODRIGUES LOPES		

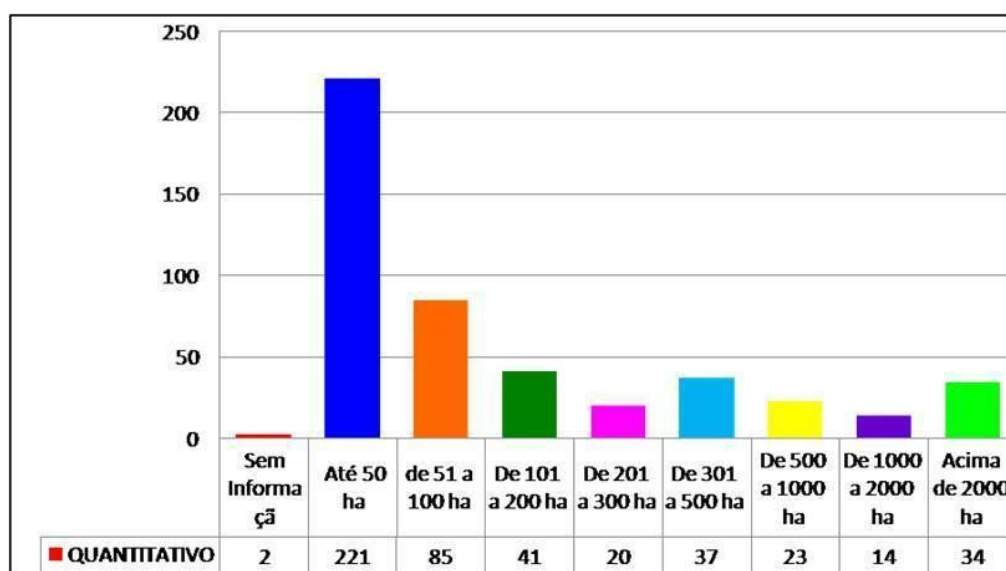
Figura 17 – Situação Dominial da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do R



Fonte: ITERON, 1994 – Org. Theodoro, J. (2014)

Figura 18 – Situação Dominial da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

A dimensão dos imóveis e o tempo de ocupação são muito irregulares, tanto nas propriedades documentadas quanto nas propriedades oriundas de processos de grilagem e/ou adquirido de terceiros. O relatório do ITERON (1994) catalogou informações sobre o tempo de ocupação em apenas 43% das propriedades. Nos 57% restantes, não foi possível identificar o tempo de ocupação porque os proprietários não residem nas propriedades, e sim em outras localidades (vilas, cidades, municípios e até outros estados). As Figuras 19 e 20 sintetizam esta situação:



Fonte: ITERON, 1994 – Org. Theodoro, J. (2014)

Figura 19 – Dimensão dos Imóveis na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

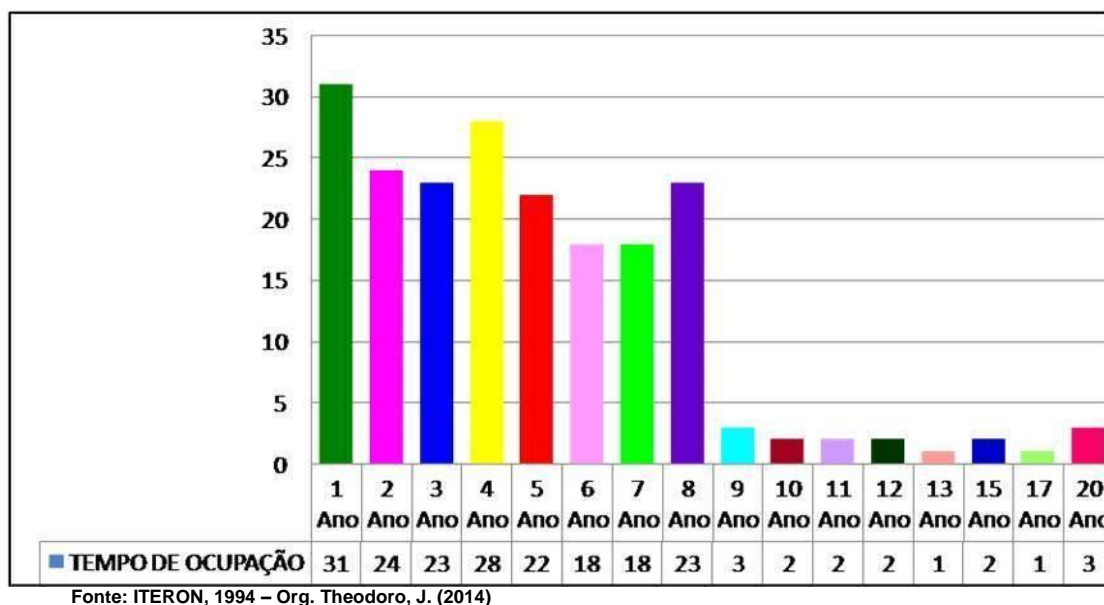
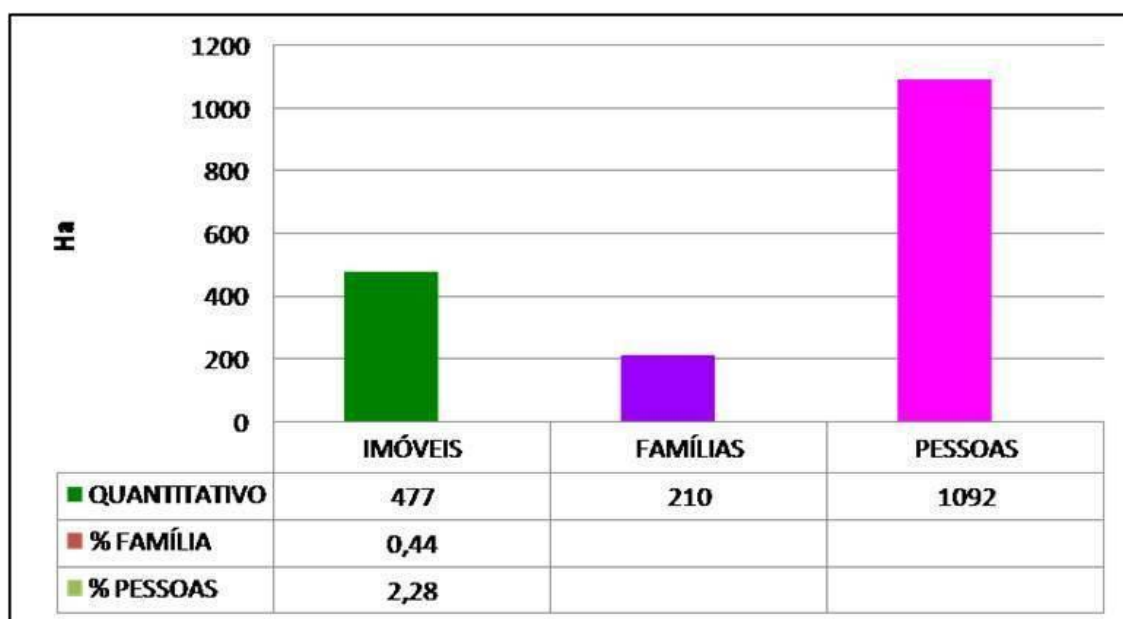


Figura 20 – Tempo de Ocupação dos Imóveis na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

O gráfico acima demonstra que, no ano de 1994, foram levantados 203 imóveis ocupados dentro da área da FERS do Rio São Domingos. Ainda, que deste montante, 106 imóveis foram ocupados nos últimos 4 anos. Assim, fica evidente que 52,21% dos imóveis foram ocupados imediatamente após a criação da UC.

Quanto á economia, foi constatado que a estrutura de produção da região está totalmente consolidada e voltada para a agropecuária.

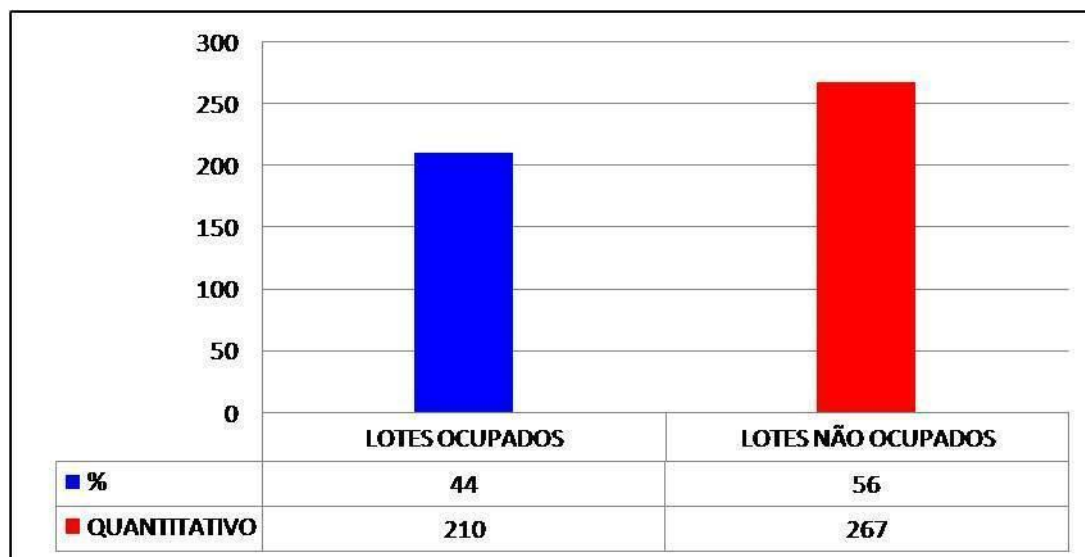
A relação unidade fundiária/família que habitava a UC é extremamente desigual, em especial porque a maioria dos proprietários não residem nas propriedades, morando em cidades/municípios vizinhos. A maioria tem como função principal, outra profissão e/ou ocupação. Durante o trabalho realizado pelo ITERON (1994), foram constatadas a presença de 210 famílias residentes dentro da área da UC, perfazendo um total de 1.092 pessoas. Esta relação desigual expressa na Figura 21, a seguir:



Fonte: ITERON, 1994 – Org. Theodoro, J. (2014)

Figura 21 – Relação Unidade Fundiária-Família que Habita a Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

A Figura 22, abaixo, demonstra o quantitativo de lotes ocupados e de propriedades abandonadas, dentro da UC:



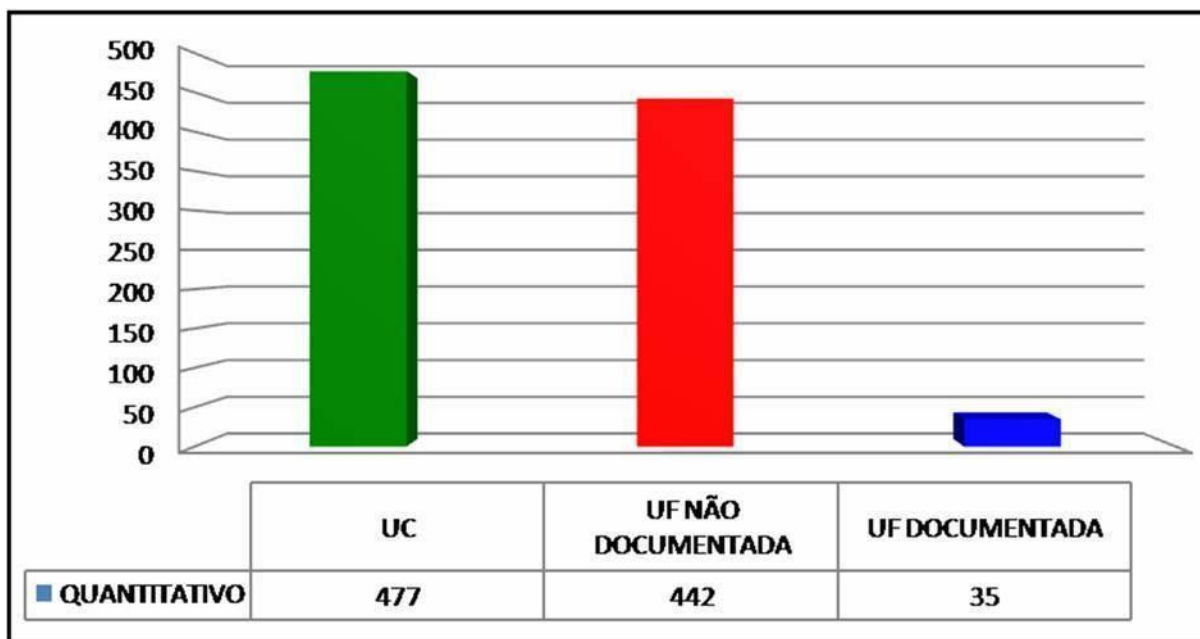
Fonte: ITERON, 1994 – Org. Theodoro, J. (2014)

Figura 22 – Ocupação das Unidades Fundiárias Dentro da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

Quando o documento do ITERON (1994) foi elaborado, o mesmo informa que a titulação definitiva dos imóveis localizados nesta área estava com quase 100% da regularização fundiária possível realizada até ano de 1994. Em função das Concorrências

Públicas realizadas pelo INCRA – 04/72 e 03/75, e regularização fundiária, também realizada por este órgão, as terras da UC em questão, localizadas nas Glebas Corumbiara, Rio Verde e Imóvel Barranco Alto já estavam com sua estrutura fundiária definida, com ocupação praticamente consolidada e voltada para a exploração agropecuária.

A Figura 23, abaixo, apresenta o quantitativo de estabelecimentos existentes dentro da reserva que possuem documentos e o quanto não documentado – grilagem:



Fonte: ITERON, 1994 – Org. Theodoro, J. (2014)

Figura 23 – Estabelecimentos documentados e não documentados dentro da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns

As disputas por posse das terras que abrangem a UC em questão, inclusive com financiamento de grandes grupos econômicos, ficou evidente para o ITERON, o que conduziu o órgão a incorporar parte das terras da UC ao Parque Estadual do Corumbiara.

“Por instrução do Instituto de Terras e Colonização de Rondônia – ITERON, parte das terras localizadas na Gleba Guaporé, foram incorporadas ao Parque Estadual do Corumbiara, já encontrando inclusive em fase de demarcação topográfica. Tal ato deveu-se a problemas advindos com posseamento de terras em andamento naquela região patrocinadas por grupos econômicos interessados na implantação de fazendas nas áreas conhecidas como Campos do Corumbiara.” (ITERON, 1994. DNP¹)

O problema da grilagem de terras da UC era grave, apenas 4 anos após sua criação. A Gleba Massaco vivia um intenso processo de ocupação espontânea, em especial

¹ DNP – Documento sem paginação.

nas proximidades da vila Izidolândia. O documento produzido pelo IRETON (1994) evidencia a ausência do poder público quanto às questões fundiárias e faz um prognóstico de conflitos.

“Pelo fato da falta de trabalho no que tange ao ordenamento fundiário dessa região prevê-se para breve grandes conflitos possessórios pela ocupação da terra.” (ITERON, 1994: DNP¹)

Um dos agravantes para a situação acima mencionada é a relativa facilidade de acesso à área. A UC, já em 1994 apresentava uma considerável malha viária no interior do seu perímetro. Várias estradas vicinais garantiam o acesso à UC a partir das cidades de Alta Floresta d'Oeste e Corumbiara, durante o ano todo. Havia ainda, diversos campos de aviação de propriedades particulares, para pouso e decolagem de aeronave de pequeno porte. (ITERON, 1994)

O documento acima mencionado registra que, já em 1994 havia forte pressão antrópica nas áreas que abrangem os imóveis inseridos nas Glebas Corumbiara, Rio Verde, Imóvel Barranco Alto e Guaporé. Verificou-se ainda a regularização fundiária através da expedição de titulação definitiva, promovida pelo INCRA e levada a matrículas imobiliárias junto à Cartórios de Registro Imobiliários competentes.

O referido documento alerta para a iminência de conflitos agrários na região, tanto em relação à criação da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns, o que para os agricultores representaria dificuldades para o desenvolvimento das atividades econômicas de agricultura e agropecuária, quanto a conflitos com particulares, em especial na região de Izidolândia, que passava por processo de ocupação desordenada, conflitando com as terras posseadas pelo grupo econômico Aristeu dos Santos/Sthill. Os conflitos previstos envolveriam grandes fazendeiros e pequenos produtores rurais.

Ainda, o relatório em questão recomenda aos poderes públicos federal e estadual aceleração das políticas para a região, em especial a demarcação topográfica e conseqüentemente a regularização fundiária das propriedades existentes dentro da área da UC, em especial na Gleba Massaco. É relevante que o ITERON, órgão que elaborou o documento em questão, determinou a incorporação das terras pertencentes à Gleba Guaporé, localizada à margem esquerda do Rio Verde, ao Parque Estadual do Corumbiara. A referida área, há época, já sofria processo de grilagem e demarcação topográfica.

A Área ao sul da Gleba Massaco, constituída em sua maior parte por campos naturais, alagados por certo período do ano, isento de ocupação e de domínio pleno expedido pelos órgãos encarregados da promoção de regularização fundiária, o documento produzido

pelo ITERON (1994) recomenda a incorporação ao Parque Estadual do Corumbiara. Assim. Recomendou-se a alteração dos limites indicados nos termos do Decreto Estadual Nº: 4.576 de março de 1990, publicado no diário oficial do Estado de Rondônia de 28 de março de 1990, Decreto este que criou o Parque Estadual do Corumbiara, de forma a agregar a área acima mencionada.

Em consequência de tais recomendações, o documento em questão conclui que a implantação da Reserva de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns é desnecessária, recomendando assim que uma área pertencente à UC, de aproximadamente 100.000ha, localizada na Gleba Massaco, dada às suas características, seja anexada ao Parque Estadual do Corumbiara e que o Decreto Estadual Nº: 4573 de 23 de março de 1990, que criou a referida reserva, seja imediatamente revogado. O restante da área da UC, recomenda-se ainda que seja incorporada à Zona 1 do ZSEE/RO, Zona esta destinada à agropecuária, agroflorestal e florestal. (ITERON, 1994)

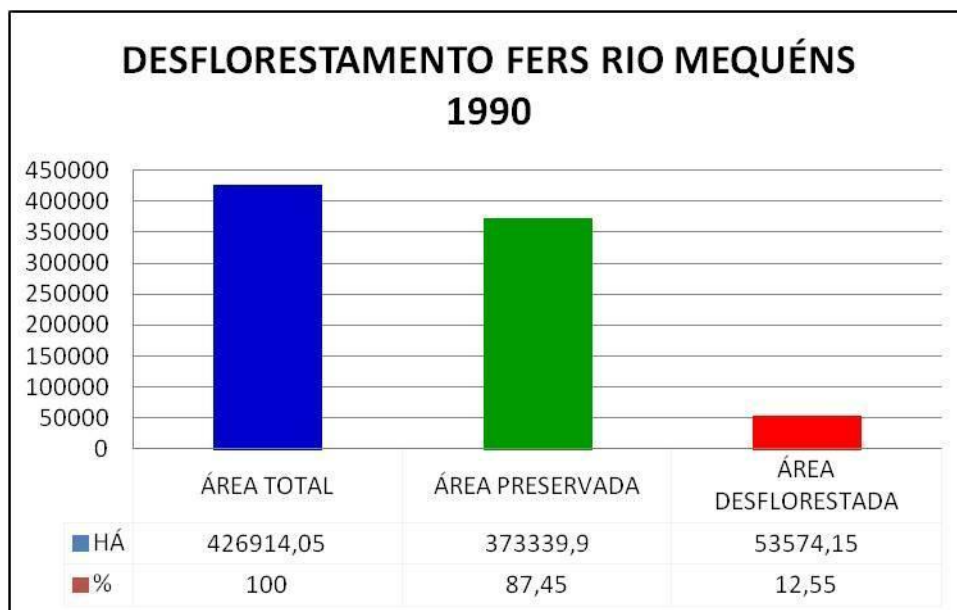
4.2 – Evolução do Desmatamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns, Entre os Anos 1990 E 2010

A situação fundiária da UC incidiu diretamente sobre o desflorestamento na mesma, desde a sua criação. Segundo ITERON (1994), ao todo, no interior da área da UC, foram identificados 477 imóveis rurais, somando uma área de 387.810,50ha pretendida quanto à regularização fundiária. Destas, 96,412,50ha já estavam desflorestadas, o que representa 22,64% da área da UC.

O Documento relata a determinação por parte dos posseiros e proprietários instalados no perímetro da UC, para a realização de grandes desmatamentos no decorrer do ano de 1995, na região. Os maiores desflorestamentos foram constatados na Gleba Corumbiara, região esta voltada exclusivamente para atividade agropecuária, onde, segundo o referido levantamento, existia na época a maior concentração de bovinos do Estado de Rondônia.

Os dados produzidos a partir de imagens orbitais demonstram a situação da cobertura vegetal da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns, evidenciando o desflorestamento entre os anos de 1990 e 2010, período de existência legal da mesma.

O processo de grilagem e posseamento de terras na área que a FERS do Rio Mequéns foi criada já existia no ano de 1990, quando da criação da mesma. As Figuras 24 e 25 demonstram os índices de desmate em toda a reserva no seu primeiro ano de vida.



Fonte: Mapa do Desmatamento da FERS do Rio Mequéns – 2000.

Figura 24 – Desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 1990

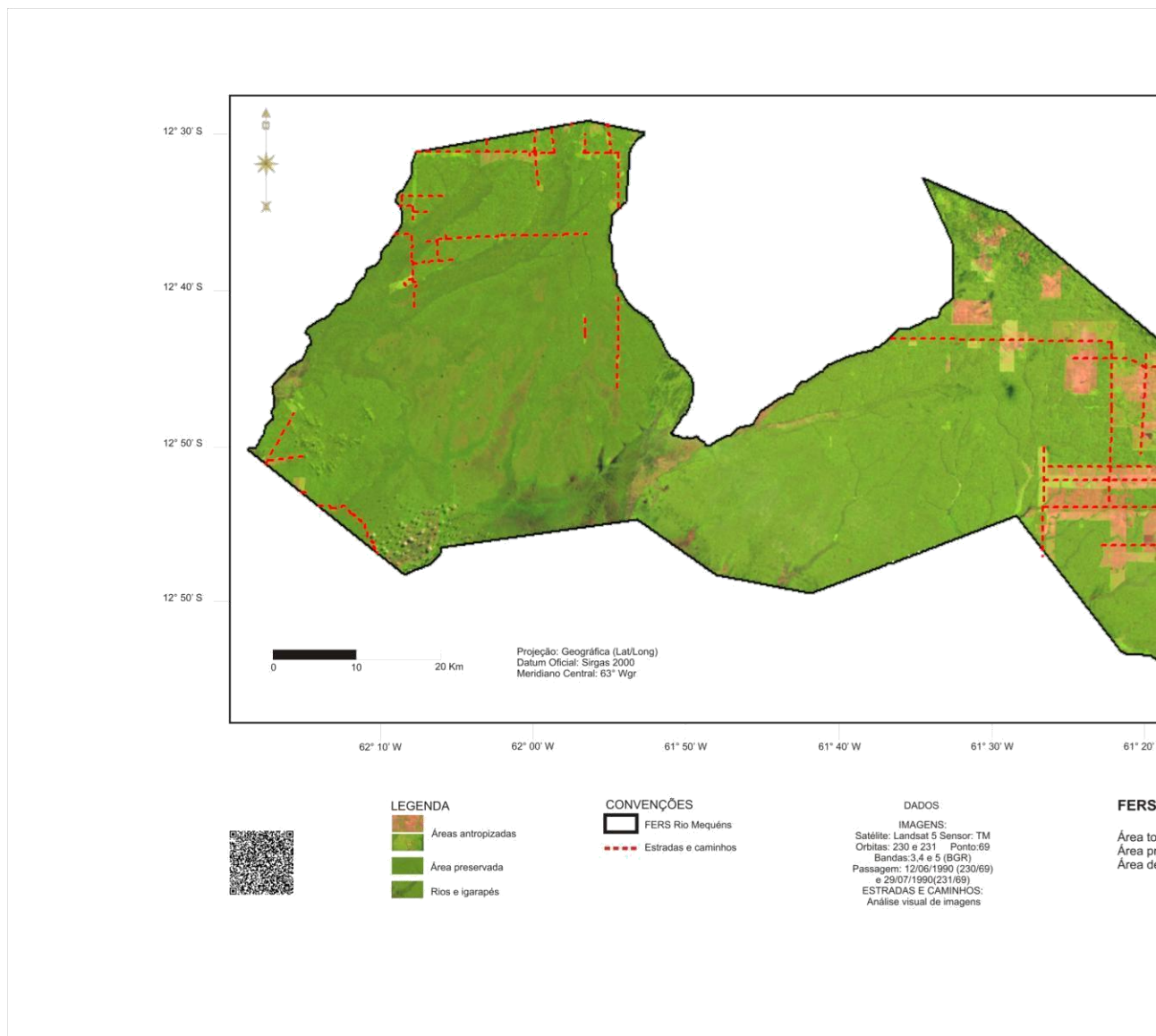
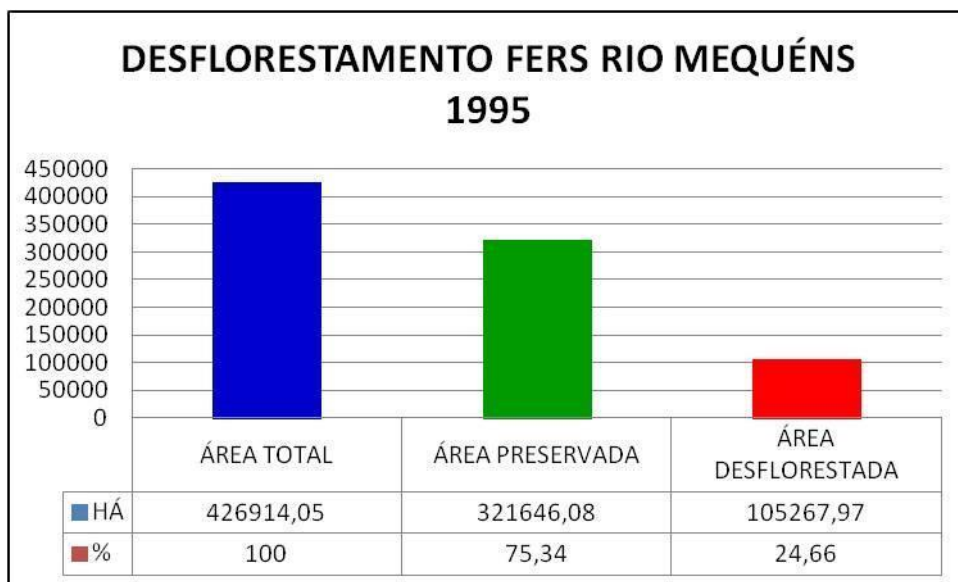


Figura 25 – Área Total Desflorestada na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Ri

Este processo se intensificou nos anos seguintes, situação esta confirmada pelos dados apresentados nas Figuras 26 e 27, que apontam o percentual de desflorestamento no ano de 1995, praticamente o dobro do ano de criação.



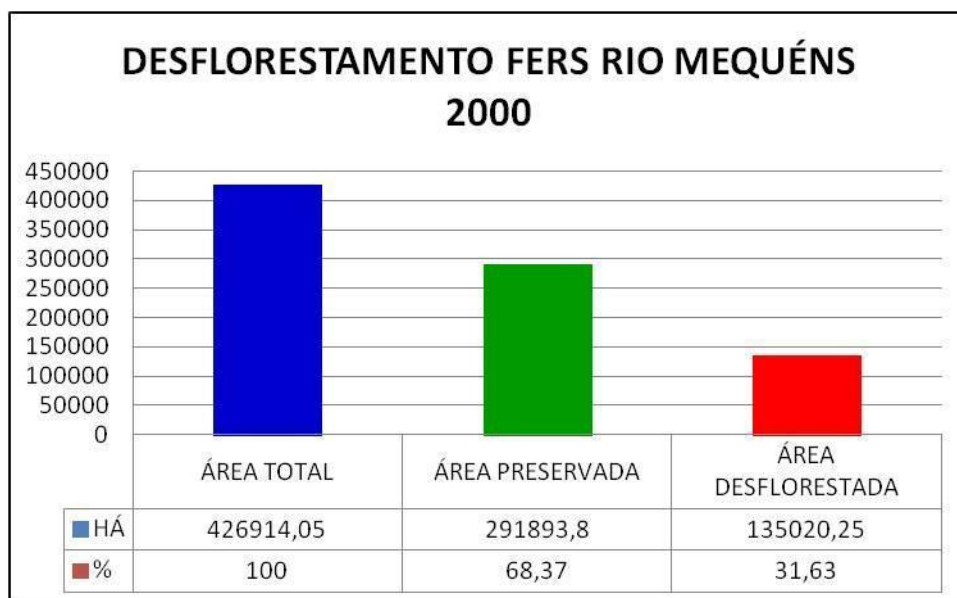
Fonte: Mapa do Desmatamento da FERS do Rio Mequêns - 2000.

Figura 26 – Desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequêns – 1995



Figura 27 – Área Total Desflorestada na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Ri

O processo de ocupação e desflorestamento da FERS do Rio Mequéns continuou nos anos subsequentes. As Figuras 28 e 29 apresentam os índices de desflorestamento em 2000, exatamente 10 anos após a criação da UC. Observa-se que a área atingida pela ocupação corresponde a 135.020,25ha, percentual de 31,63%.



Fonte: Mapa do Desmatamento da FERS do Rio Mequéns - 2000.

Figura 28 – Desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 2000

No período de 5 anos houve um acréscimo de 6,7% da área desflorestada. Pode-se observar um decréscimo considerável no índice de desmatamento, se comparado com o período anterior – 1990 a 1995. Entretanto, em se tratando de uma UC, o índice verificado é considerado alto e inaceitável.

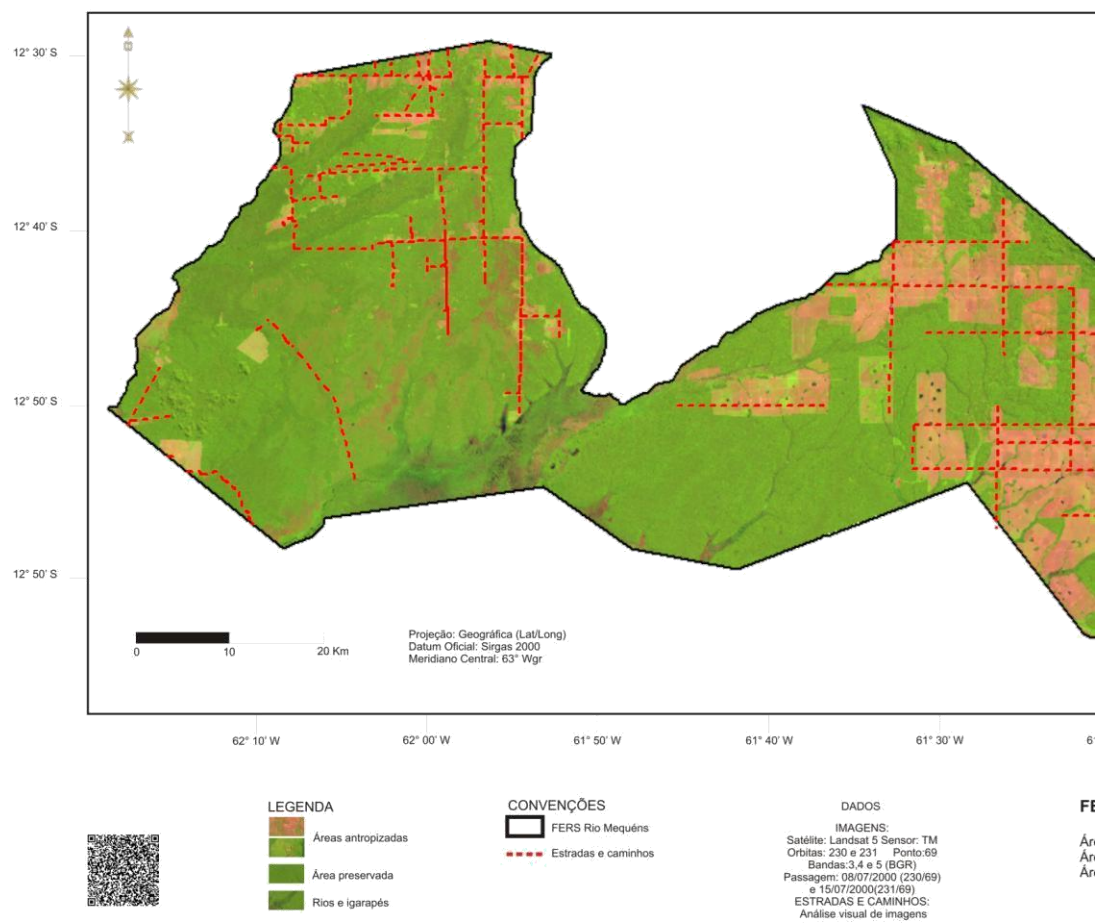
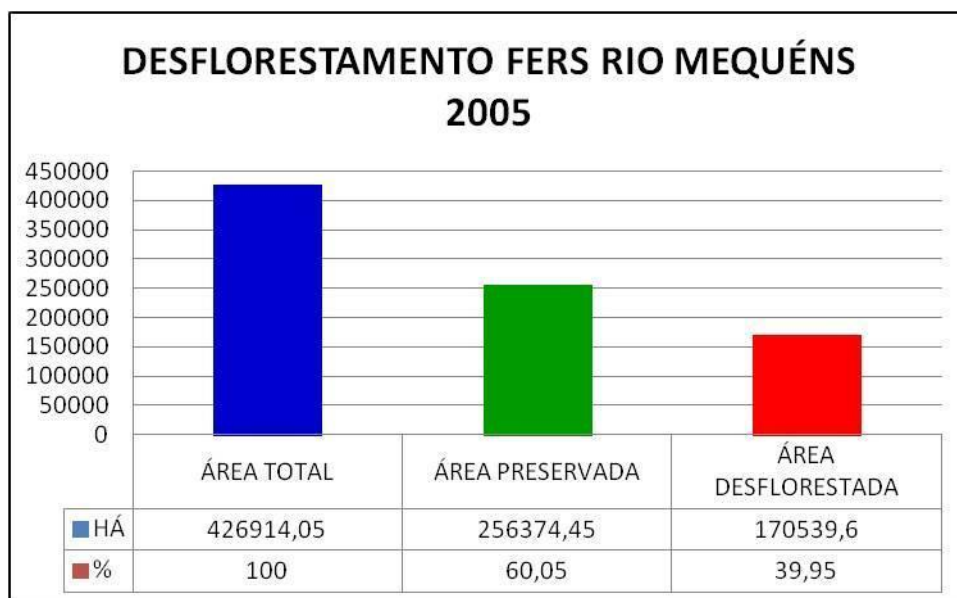


Figura 29 – Área Total Desflorestada na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do

Entre os anos de 2000 e 2005 os índices de desflorestamento da FERS do Rio Mequéns voltou a crescer, conforme demonstras Figuras 30 e 31. A área desflorestada subiu para 170.539,6ha, correspondendo a 39.95% da área da UC. Observa-se um incremento de 8,3 no percentual de desmatamento dentro da UC.



Fonte: Mapa do Desmatamento da FERS do Rio Mequéns - 2005.

Figura 30 – Desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 2005

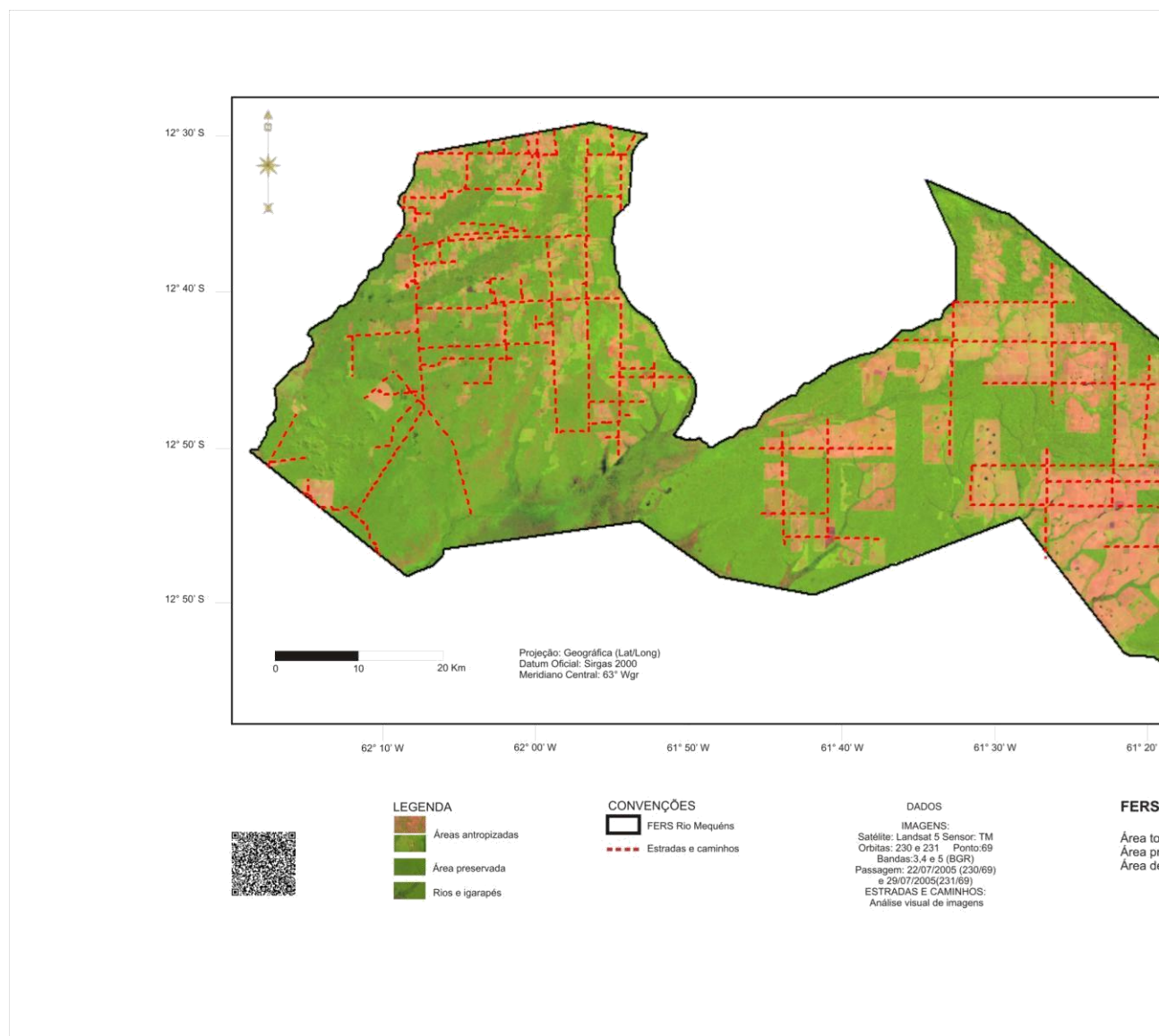
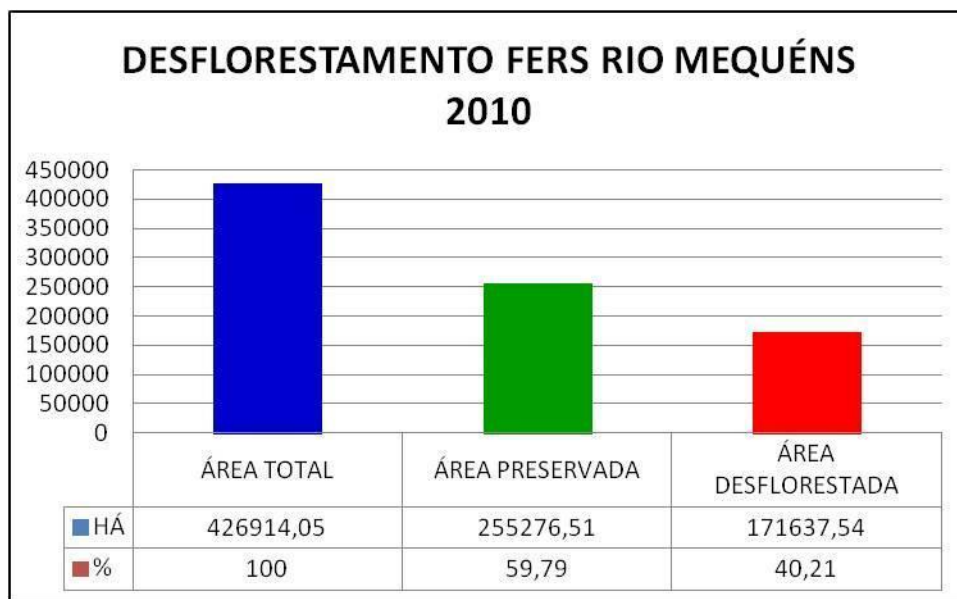


Figura 31 – Área Total Desflorestada na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Ri

O período de 2005 a 2010, até o ano que a FERS do Rio Mequéns foi revogada, houve um decréscimo nos índices de desflorestamento. As Figuras 32 e 33 demonstram o desmatamento atingiu 171.637,54ha, correspondendo a 40,21% da área da UC. O desmatamento no período é de apenas 1.097,94ha, um índice pequeno se comparado aos períodos anteriores. Entretanto há de se considerar que quase metade da UC já se encontra ocupada.



Fonte: Mapa do Desmatamento da FERS do Rio Mequéns - 2005.

Figura 32 – Desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 2010

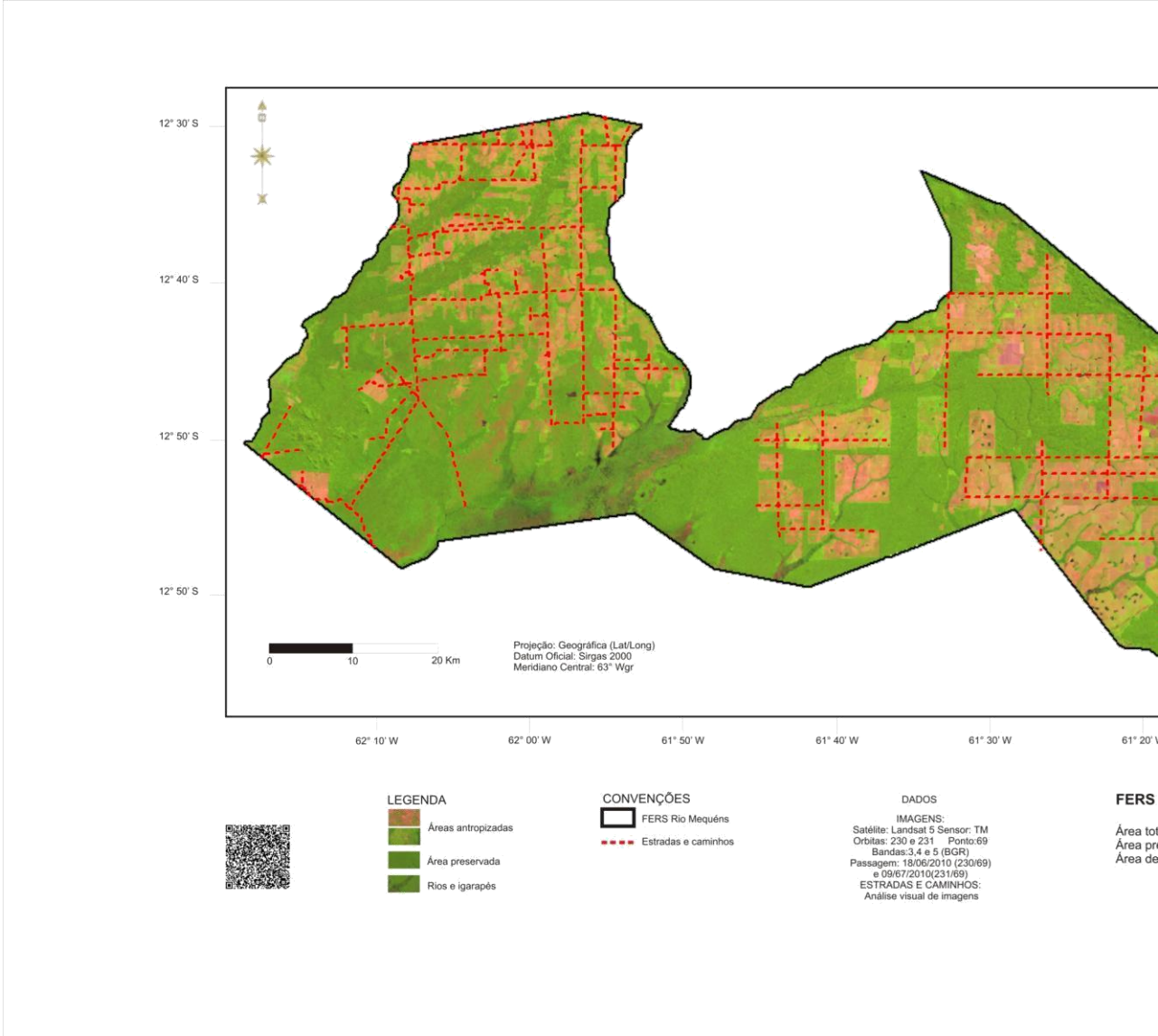
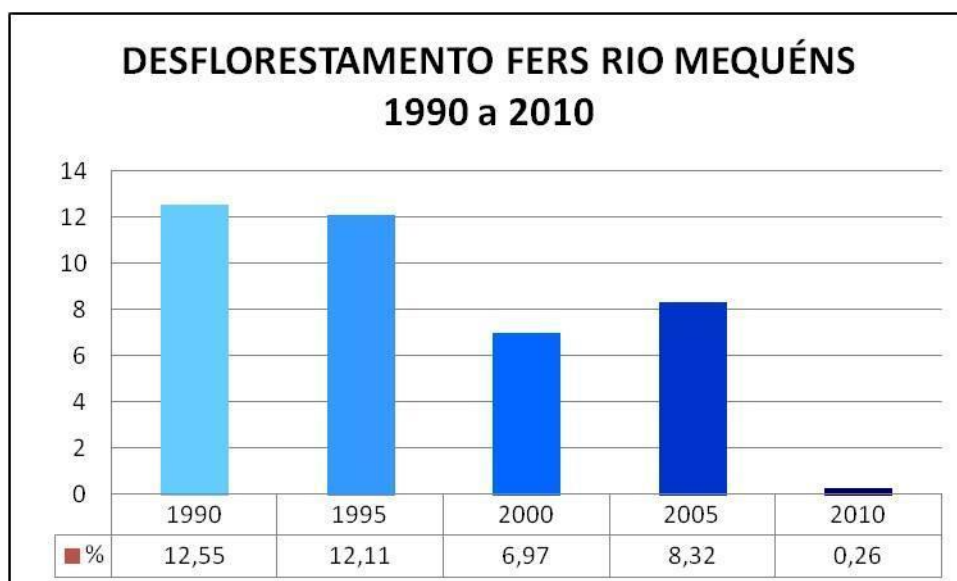


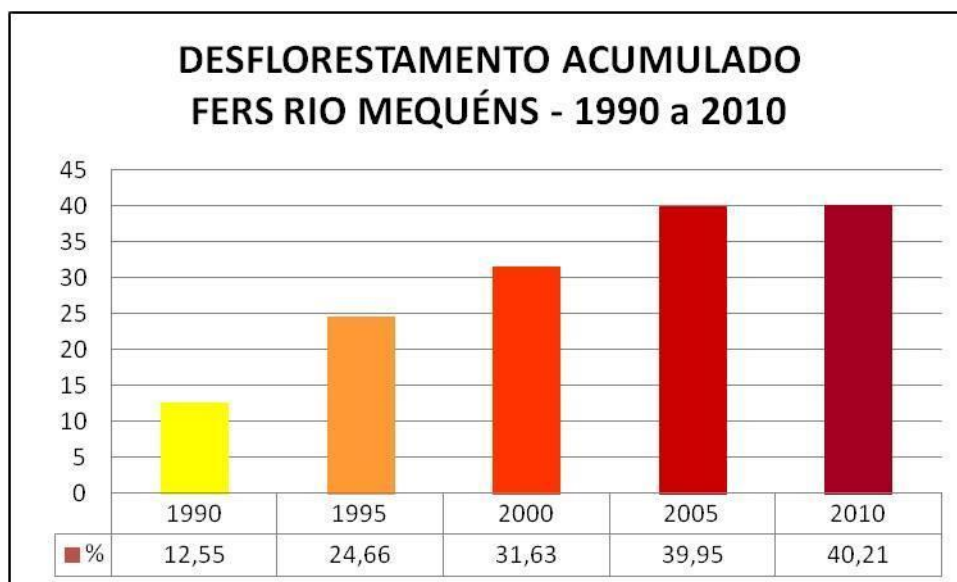
Figura 33 – Área Total Desflorestada na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Ri

Os índices simples e acumulados de desflorestamento da FERS do Rio Mequéns podem ser observados nas Figuras 34 e 35.



Fonte: Mapas do Desmatamento da FERS do Rio Mequéns – 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010.

Figura 34 – Desflorestamento na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 1990 a 2010



Fonte: Mapa do Desmatamento da FERS do Rio Mequéns – 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010.

Figura 35 – Desflorestamento Acumulado na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns – 1990 a 2010

CONCLUSÃO

Para compreender o processo de revogação de Unidades de Conservação no Estado de Rondônia, foi necessário retroceder no tempo e analisar a construção do espaço geográfico do Estado, os programas oficiais e as políticas públicas de colonização e ocupação concebidas para a região. Foi feito um resgate histórico para compreender as fases de ocupação a que o Estado foi submetido.

As frágeis políticas ambientais e a forte expansão econômica que caracterizou a história do Estado foram fundamentais para os processos de desflorestamento e de avanço da ocupação sobre áreas de proteção ambiental. Se por um lado o poder público não dispunha de mecanismos e recursos para fazer cumprir as diretrizes e legislações ambientais, por outro lado o mesmo poder público, através de órgãos e programas oficiais, fomentou a busca por novos espaços de produção e pelo crescimento econômico. Aliados a esses incentivos, outros fatores contribuíram significativamente para o fortalecimento de frentes de ocupação, fatores como a implementação de uma malha viária substancial, a divisão territorial que aconteceu no Estado na década de 1990, com a criação de novos municípios, a necessidade destes novos municípios de estabelecerem a sustentabilidade e a autossuficiência econômica dos mesmos, o aumento populacional do Estado, em especial o aumento da população economicamente ativa, a diversificação da economia, as novas tecnologias na agricultura que possibilitam o incremento da produtividade, entre outros. Este estudo buscou conhecer e compreender todos os elementos que de alguma forma contribuiu para a consolidação dos processos de grilagem e posseamento em Unidades de Conservação.

Este estudo abordou também os métodos de criação e as formas de gerenciamento (ou não-gerenciamento) de áreas protegidas, os processos de grilagem e posseamento de terras, a estrutura fundiária de Unidades de Conservação, o ordenamento territorial do Estado, os índices de desflorestamento de UCs, de forma a subsidiar a compreensão do quadro que convergiu para a revogação de seis áreas de proteção ambiental em Rondônia.

As Unidades de Conservação abordadas nesta pesquisa foram criadas no ano de 1990 por meio do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia. Para os objetivos oficiais do PLANAFLORO, estas e outras UCs deveriam garantir a preservação de uma porcentagem considerável da cobertura vegetal natural do Estado de Rondônia. Entretanto a criação de áreas de preservação tinha por meta cumprir exigências do BIRD, financiador do Plano. Segundo determinações do BIRD, os recursos financeiros para o PLANAFLORO somente seriam liberados mediante a garantia da criação de Unidades de Conservação no Estado, alinhando assim o Plano às diretrizes ambientais adotadas por esta Instituição.

Desta forma, UCs foram criadas a “toque de caixa”. Não houve estudos prévios das áreas, das características físicas, ocupação anterior e aptidão econômica. A coordenação do PLANAFLORO precisava criar estas áreas e ao mesmo tempo enfrentava a concorrência por terras públicas com as frentes de ocupação do Estado. O processo de criação consistia em uma consulta prévia ao INCRA para saber quais áreas pertencentes à União estavam disponíveis. Após um sobrevôo das áreas escolhidas, a coordenação do PLANAFLORO fazia a criação imediata da UC, de forma a garantir a área antes que a mesma fosse ocupada nos processos de grilagem e posseamento. Era impossível garantir que toda a área abrangida pelas UCs criadas estivesse livre de ocupação, uma vez que o processo de criação precisava ser realizado forma rápida e dinâmica, tão dinâmica quanto também eram as frentes de ocupação.

As UCs criadas desta forma abrangiam diversas categorias. As que pertenciam à categoria de Proteção Integral receberam atenção especial por parte da equipe do PLANAFLORO e posteriormente da SEDAM, enquanto que as UCs pertencentes à categoria de Uso Sustentável, em especial as Reservas Extrativistas e as Florestas de Rendimento Sustentável, foram relegadas a segundo plano. Esta situação, deu-se em função de os técnicos do PLANAFLORO acreditarem que as UCs de Proteção Integral estavam mais alinhadas com o objetivo de preservação do patrimônio natural do Estado, enquanto que as UCs de Uso Sustentável abriam espaço para ocupação e degradação da sua área.

Desta forma, não houve o empenho e o interesse dos órgãos ambientais em cumprir as etapas necessárias à efetivação de algumas áreas de proteção, tornado-as ao longo dos anos, UCs fantasmas, onde existiam apenas de Direito. Esta situação de abandono abriu margem para os processos de ocupação ilegal da área destas UCs. O Estado tinha ciência destes processos de ocupação ilegal, conforme demonstrado pelos estudos do ITERON (1994). Mesmo após o início destes processos, o poder público não se manifestou com ações que garantisse a reintegração das áreas ocupadas e que coibissem os processos de grilagem e posseamento.

O trabalho tomou como referência a Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns para, a partir da situação verificada na mesma, compreender como se procede a antropização de áreas protegidas. A análise de imagens orbitais possibilitou identificar e quantificar os índices de desmate dentro da UC, bem como verificar o avanço gradativo deste desmate.

Os processos acima descritos ficam evidentes na FERS do Rio Mequéns, onde a grilagem e o posseamento foram responsáveis pela subtração de quase metade da cobertura vegetal da UC ao longo dos 20 anos de existência legal da mesma. A malha viária informal (trilhas, picadas e estradas secundárias) foram os principais vetores da ocupação da área da

UC. A aptidão da região entorno da UC para a agropecuária foi determinante para a ocupação da mesma, onde famílias e grupos econômicos, buscavam ampliar sua área de produção. O interesse econômico foi a força motriz que garantiu o sucesso dos processos ocupação destas áreas de preservação.

O grande número de famílias que praticam a agricultura em áreas protegidas no Estado de Rondônia, e também na FERS do Rio Mequéns, é representativo e preocupante, pois se de um lado considera-se a degradação das áreas ocupadas, por outro lado há o fator social que é inegável, uma vez que as áreas de proteção são a fonte de renda e de sustento de considerável parcela da população.

Outro fator significativo dentro do processo de ocupação de áreas protegidas no Estado de Rondônia é a forte presença de grandes grupos econômicos dentro destas áreas, como demonstrado neste estudo. Grupos estes que detêm a posse de grandes áreas destinadas à exploração madeireira, à agropecuária extensiva e, mais recentemente, à monocultura da soja. Este fator em especial, converge indubitavelmente para as esferas do poder, uma vez que o poder econômico destes grupos e a sua capacidade de geração de divisas, os coloca em relação direta com o poder político do Estado, portando a esfera de tomada de decisões em relação às questões territoriais ambientais. Há de se considerar os fortes interesses econômicos em áreas de Unidades de Conservação e a ligação direta destes interesses com as decisões em relação à mesmas, como a de revogar Unidades de Conservação em áreas estratégicas.

O cerne da questão, entretanto, reside na omissão do Estado, como gestor e responsável pelas UCs, incluindo a FERS do Rio Mequéns. Durante 20 anos de existência legal, as seis UCs revogadas no ano de 2010 foram expostas a intenso e constante processo de ocupação ilegal. A negligência do poder público em garantir a integridade da área destas UCs permitiu a subtração de áreas de preservação, formalizou a revogação de Unidades de Conservação e garantiu a perpetuação dos processos de grilagem e posseamento no Estado de Rondônia, através do precedente que abriu.

REFERÊNCIAS

- Alencar, A. Nepstad, N. Mcgrath, D. Moutinho, P. Pacheco, P. Diaz, M. D. C. V. e Filho, B. S. 2004. **Desmatamento na Amazônia: Indo Além da Emergência Crônica**. Manaus, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (INPA), 89 pp.
- Arnt, R. A., Schwartzman, S. 1992. **Um Artífício Orgânico. Transição na Amazônia e Ambientalismo (1985-1990)**. Rio de Janeiro: Rocco. 366 pp.
- Azevedo, A. M. Delgado, C.C. 2002. **Mineração, Meio Ambiente e Mobilidade Populacional: um Levantamento nos Estados do Centro-Oeste Expandido**. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Unicamp, 23 pp.
- Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_PO30_Azevedo_texto.pdf
- Acesso em: 10 de outubro de 2012.
- Becker, B. K. 1982. **Geopolítica da Amazônia – A Nova Fronteira de Recursos**. Rio de Janeiro: Zahar. 233 pp.
- Becker, B. K. 2007. **Amazônia – Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamound. 172 pp.
- Cordovil, V. R. S. 2010. A Situação da Unidades de Conservação em Rondônia: O Caso Cujubim. Dissertação do Programa de Mestrado de Geografia. UNIR. Porto Velho. 174 pp.
- Dantas, J. A. 2010. A Nossa Geografia – Rondônia. Porto Velho: Sawa Editora. 103 pp.
- Fearnside, P. 1985. **Rondônia: a Farsa das Reservas**. In: Ciências Hoje (SBPC), 3(17): 90-92.
- Fearnside, P. 1991. **Rondônia: Estradas que Levam à Devastação**. In: Revista Ciência Hoje (SBPC), vol. Especial: Amazônia: 116-122.
- Fearnside, P. 1995. **Quem Desmata a Amazônia, os Pobres ou os Ricos?** In: Revista Ciência Hoje (SBPC). 19 (113): 26-33.

Fearnside, P. 2003. **A Floresta Amazônia nas Mudanças Globais**. Manaus, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 134 p.

Fearnside, P. 2005. **Desmatamento na Amazônia Brasileira: História, índices e Consequências**. In: Megadiversidade, vol. 1, Nº 1. 113-123.

Ferreira, L. V. Ventincinque, E. Almeida, S. 2005. **O Desmatamento na Amazônia e a Importância das Áreas Protegidas**. In: Estudos Avançados: 19 (53): 157-166.

FUNATURA – FUNDAÇÃO Pró-Natureza. 1989. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): Aspectos Conceituais e Legais**. Brasília: IBAMA/FUNATURA. 82 pp.

Gallegos, C. M. 1997. **Madagascar: Unrealized Potential in Natural Resources**. Journal of Forestry, 95(2):10-15.

Disponível em: <http://www.ingentaconnect.com/content/saf/jof/1997/00000095/00000002/art00007;jsessionid=i06s97h4itqu.alice>

Acesso em: 07 de outubro de 2012.

Governo do Estado de Rondônia. 2013. Portal Eletrônico.

Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/conteudo.asp?id=180>

Acesso em: 04 de agosto de 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2013. **Estados/Rondônia**. Portal Eletrônico.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>

Acesso em: 04 de agosto de 2013.

INPE. 1992. **Deforestation in Brazilian Amazonia**. São Paulo, 2a edição, INPE, 1992.

INPE. 2004. **Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite: Projeto PRODES**, São José dos Campos.

ITERON – (Instituto de Terras e Colonização de Rondônia). 1994. **Estudo Sócio-Econômico e Fundiário da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns**. NUPLAN Ltda. (Org.). Governo do Estado de Rondônia. Porto Velho.

ITERON – (Instituto de Terras e Colonização de Rondônia). 1994. **Estudo Sócio-Econômico e Fundiário da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio São Domingos.**

NUPLAN Ltda. (Org.). Governo do Estado de Rondônia. Porto Velho.

ITERON – (Instituto de Terras e Colonização de Rondônia). 1996. **Rondônia: Desenvolver e Preservar.** Tenani S. A. (Org.). ITERON/PNUD/INCRA/SEPLANAFLORO. Porto Velho. 20 pp.

Laurance, W. L. Albernaz, A. K. M. Fearnside, P. M. Vasconcelos, H Ferreira, L. V. 2004. **Deforestation in Amazonia.** Science 304, p. 1109-1111.

Leonel, M. 1992. **Colonos Contra Amazônidas no Polonoroeste: Uma Advertência às Políticas.** in: LÉNA, Philippe & OLIVEIRA, Adélia E. de (Org.) *Amazônia: a Fronteira Agrícola 20 Anos Depois.* CEJUP. Belém, p. 319-329.

Matricardi, E. A. T. 1996. **Uso e Ocupação das Terras Rurais em Rondônia. PNUD/PLANAFLORO.** Porto Velho. 122 pp.

Mendonça, S. R. 1985. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Graal, 1986. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1998.

Miranda, E. E. de. 1992. **Avaliação do Impacto Ambiental da Colonização em Florestas Amazônicas.** in: Léna, Philippe & Oliveira, Adélia E. de (Orgs.) *Amazônia: a Fronteira Agrícola 20 Anos Depois.* CEJUP. Belém, p. 223-238.

MMA. 1995. **Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal.** Brasília, 48 pp.

MMA. 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.** Brasília.

Disponível em: [Http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc](http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc)

Acesso em: 17/07/2012.

MMA. 2003. **Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira.** Brasília.

MMA. 2004. **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.** Brasília.

Moran, E. F. 1993. **Deforestation and Land Use in the Brazilian Amazon**. Human Ecology, 21, p. 1-21.

Disponível em: https://www.msu.edu/~moranef/documents/93-03_Deforestation_LandUse.pdf

Acessado em: 08 de agosto de 2012

Nunes, D. D. 1997. **Desmatamento e Unidade de Conservação em Rondônia**. In: Revista de Educação Cultura e Meio Ambiente. Nº 10 (dez), vol. I: 1-12.

Oliveira, O. A. 2001. **Geografia de Rondônia – Espaço & Produção**. Dinâmica, Porto Velho, 204 pp.

Oliveira, O. A. 2003. **História – Desenvolvimento e Colonização de Estado de Rondônia**. Dinâmica, Porto Velho, 111 pp.

Ott, A. M. T. 2002. **Dos Projetos de Desenvolvimento. Ao Desenvolvimento dos Projetos: O Planaflo em Rondônia**. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 285 pp.

Perdigão, F. Basségio, L. 1992. **Migrantes Amazônicos. Rondônia: a Trajetória da Ilusão**. Edições Loyola. São Paulo, 224 pp.

Pedlowski, M. Dale, V. & Matricardi, E. 1999. **A Criação de Áreas Protegidas e os Limites da Conservação Ambiental em Rondônia**. Ambiente & sociedade, 5: 93-107.

RONDÔNIA. 1996. Secretaria de Desenvolvimento Ambiental. **Desmatamento em Rondônia (1978 a 1993)**. Porto Velho, SEDAM, p 46.

RONDÔNIA. 1996. Instituto de Terras e Colonização de Rondônia. **Rondônia: Desenvolver e Preservar**. Porto Velho, ITERON, 20 pp.

Santos, C. 1998. **A Territorialidade na Colonização Rondoniana**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 153 pp.

Santos, C. 2001. **A Fronteira do Guaporé**. EDUFRO. Porto Velho, 216 pp.

Santos, C. 2007. **Amazônia: Uma Ocupação paradoxal? Um Ponto de Vista a partir de Rondônia** in: BRASIL, W. (Org.) Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente em Rondônia. EDUFRO. Porto Velho, p. 165-190.

SEDAM (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental). 2010. **Vinte e Um Anos de Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia**. Porto Velho, 59 pp.

Smeraldi, R. & Millikan, B. 1995. **Pedido de Investigação apresentado ao Painel de Inspeção do Bando Mundial sobre o PLANAFLORO**. Forum das ONG's de RO/Friends of The Earth. Porto Velho. 57 pp.

SNUC. 2002. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: **Texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Vetos da Presidência da República ao PL Aprovado pelo Congresso Nacional**. Conselho Nacional da Reserva Biosfera Mata Atlântica, 2ª ed. ampliada. São Paulo, 76 pp.

Tocantins, L. 1982. **Amazônia: Natureza, Homem e Tempo: Uma Planificação Ecológica**. Civilização Brasileira, 2ª edição. Rio de Janeiro, 177 pp.

Vallejo, L. R. 2009. **Unidade de Conservação: Uma Discussão Teórica á Luz dos Conceitos de Território e Políticas Públicas**. GEOgraphia, América do Norte, 4, set.

Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/88/86>.

Acesso em: 26 Ago. 2013.

Veríssimo, A., & Ribeiro, B. 2007. **Padrões e Causas do Desmatamento nas Áreas Protegidas de Rondônia**. Revista Natureza e Conservação, 05, 15-26.

ANEXOS

Decretos de Criação das Unidades de Conservação

Decreto Estadual N° 4.569, de 23 de março de 1990

Dispõe sobre a criação no município de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia, a Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Roosevelt.

Decreto Estadual N° 4.568, de 23 de março de 1990

Dispõe sobre a criação, no Município de Cerejeiras, da Floresta Estadual Extrativista de Laranjeiras.

Decreto Estadual N° 4.573 de 23 de março de 1990

Dispõe sobre a criação, nos municípios de Cerejeiras, Colorado do Oeste e Alta Floresta D'Oeste, a Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns, nos termos da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000.

Decreto Estadual N° 4.572, de 23 de março de 1990

Dispõe sobre a criação, no Município de Porto Velho, o Parque Estadual de Candeias, nos termos da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000.

Decreto Estadual N° 4.570, de 23 de março de 1990

Dispõe sobre a criação, no Município de Alta Floresta D'Oeste, o Parque Estadual Serra dos Parecis, nos termos da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000.

Decreto Estadual N° 4.566, de 23 de março de 1990

Dispõe sobre a criação nos Municípios de Costa Marques e São Miguel do Guaporé, da Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio São Domingos, nos termos da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000.

Leis de Revogação das Unidades de Conservação

Lei Complementar 584/2010

Revoga o Decreto nº 4.569, de 23 de março de 1990, que dispõe sobre a criação no município de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia, a Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Roosevelt.

Lei Complementar 585/2010

Revoga o Decreto nº 4.568, de 23 de março de 1990, que dispõe sobre a criação, no Município de Cerejeiras, da Floresta Estadual Extrativista de Laranjeiras.

Lei Complementar 586/2010

Revoga o Decreto nº 4.573 de 23 de março de 1990, que dispõe sobre a criação, nos municípios de Cerejeiras, Colorado do Oeste e Alta Floresta D'Oeste, a Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Mequéns, nos termos da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000.

Lei Complementar 587/2010

Revoga o Decreto nº 4.572, de 23 de março de 1990, que dispõe sobre a criação, no Município de Porto Velho, o Parque Estadual de Candeias, nos termos da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000.

Lei Complementar 588/2010

Revoga o Decreto nº 4.570, de 23 de março de 1990, que dispõe sobre a criação, no Município de Alta Floresta D'Oeste, o Parque Estadual Serra dos Parecis, nos termos da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000.

Lei Complementar 589/2010

Revoga o Decreto nº 4.566, de 23 de março de 1990, que dispõe sobre a criação nos Municípios de Costa Marques e São Miguel do Guaporé, da Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio São Domingos, nos termos da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000.

Leis Complementares Nº 584, 585, 586, 587, 588 e 589 publicadas no Diário Oficial do Estado Nº 1534 – Caderno Principal, do dia 20 de julho de 2010.

http://www.diof.ro.gov.br/doe/doe_20_07_10.pdf

Lei Complementar Nº 233, de 6 de julho de 2000 – Lei do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia.